



ANIELLE COLETTI CAVICCHIOLI

**O PAPEL DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
(PROUNI) COMO POSSIBILIDADE PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO DISTRITO FEDERAL**

**LAVRAS-MG
2023**

ANIELLE COLETTI CAVICCHIOLI

**O PAPEL DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)
COMO POSSIBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
NO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Renata Pedretti Morais Lima
Orientadora

**LAVRAS – MG
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Cavicchioli, Anielle Coletti.

O papel do Programa Universidade para Todos (Prouni)
como possibilidade para o desenvolvimento local no Distrito
Federal / Anielle Coletti Cavicchioli. - 2023.

98 p.

Orientador(a): Renata Pedretti Morais Lima.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2023.

Bibliografia.

1. Educação. 2. Desenvolvimento Local. 3. Prouni. I. Lima,
Renata Pedretti Morais. II. Título.

ANIELLE COLETTI CAVICCHIOLI

**O PAPEL DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)
COMO POSSIBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
NO DISTRITO FEDERAL**

**THE ROLE OF UNIVERSITY FOR ALL PROGRAM (PROUNI)
AS A POSSIBILITY FOR LOCAL DEVELOPMENT
IN THE FEDERAL DISTRICT**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 30 de outubro de 2023.
Dra. Flávia de Paula Duque Brasil FJP
Dra. Fernanda Marsaro dos Santos SEEDF
Dra. Patrícia Aparecida Ferreira UFLA

Profa. Dra. Renata Pedretti Morais Lima
Orientadora

**LAVRAS – MG
2023**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus por guiar meus passos em todas as oportunidades e desafios que enfrentei ao longo do caminho.

Agradeço...

À minha família, a quem devo minha vida, além de todo suporte, apoio e compreensão nos momentos que mais exigiram de mim.

Ao Ministério da Educação (MEC), instituição onde minha identidade pessoal foi moldada. Aprendi não apenas sobre questões profissionais, mas também sobre a complexidade da vida, processos, projetos e políticas públicas. Agradeço pela oportunidade de fazer amizades valiosas e pelo ambiente que estimulou minha aprendizagem contínua.

À Universidade Federal de Lavras por proporcionar um ambiente educacional enriquecedor, pelos aprendizados com os inúmeros mestres de excelência e que muito me ensinaram ao longo dessa árdua trajetória. Em particular, à professora Renata Pedretti por sua paciência incansável e orientação.

Aos meus amigos que me apoiaram direta ou indiretamente ao longo da jornada. Em especial, à minha amiga Márcia Csik, sua dedicação em aprimorar minhas ideias com seu vasto conhecimento e experiência foi inestimável.

Por fim, sou grata aos entrevistados que, em meio a agitação do dia a dia, dedicaram tempo valioso para participar da minha pesquisa acadêmica.

"A educação não muda o mundo.

A educação muda as pessoas.

As pessoas mudam o mundo".

Frase atribuída a Paulo Freire que partiu de Carlos Rodrigues Brandão

RESUMO

Este estudo busca responder qual o papel do Programa Universidade para Todos (Prouni) para o desenvolvimento local. Para tanto, o objetivo geral proposto foi analisar as contribuições do Prouni para a constituição do desenvolvimento local a partir da perspectiva do beneficiário no contexto do Distrito Federal. Os objetivos específicos foram: descrever o programa em seus objetivos, regras, normativos, metas e atores envolvidos; relacionar a situação de egressos que concluíram a graduação por meio de bolsa Prouni em instituições de ensino superior do Distrito Federal à possíveis mudanças das suas condições socioeconômicas; e identificar se as contribuições do programa caminham na direção da constituição do desenvolvimento local do Distrito Federal. Com esses propósitos, o estudo de caso sobre o Prouni, tendo por abordagem a análise qualitativa, contou com métodos de pesquisa diretos e indiretos e a interpretação por meio da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com gestores do programa nas Instituições de Ensino Superior (IES) e com egressos bolsistas. A pesquisa concluiu que o Prouni contribui para a transformação de condições socioeconômicas por meio do trabalho, renda e inclusão social, que pode vir a se estender aos familiares dos beneficiários. Esses foram os efeitos imediatos verificados na correlação com o programa. As IES geram conhecimentos e experiências que, em um movimento cíclico de melhorias para a sociedade, são devolvidos às localidades em que estão inseridas. A longo prazo, os efeitos podem vir a refletir empoderamento dos cidadãos e reduções de desigualdades, gerando bem-estar social, dimensões pertencentes à construção do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Educação. Desenvolvimento Local. Prouni.

ABSTRACT

This study seeks to answer the role of the University for All Program (Prouni) for local development. Therefore, the proposed general objective was to analyze Prouni's contributions to the constitution of local development from the beneficiary's perspective in the context of the Federal District. The specific objectives were: to describe the program in its objectives, rules, norms, goals and actors involved; relate the situation of graduates who completed graduation through a Prouni scholarship in higher education institutions in the Federal District to possible changes in their socioeconomic conditions; and identify whether the program's contributions move towards the constitution of local development in the Federal District. With these purposes in mind, the case study on Prouni, using qualitative analysis as an approach, relied on direct and indirect research methods and interpretation through content analysis of interviews conducted with program managers at Higher Education Institutions (IES) and with scholarship holders. The research concluded that Prouni contributes to the transformation of socioeconomic conditions through work, income and social inclusion, which may extend to the families of beneficiaries. These were the immediate effects verified in the correlation with the program. HEIs generate knowledge and experiences that, in a cyclical movement of improvements for society, are returned to the locations in which they are located. In the long term, the effects may come to reflect the empowerment of citizens and reduction of inequalities, generating social well-being, dimensions that belong to the construction of local development.

Key words: Education. Local Development. Prouni.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Metáfora dos níveis de diretrizes.....	16
Figura 2 – Ciclo de políticas públicas.....	20
Figura 3 – Processo de avaliação de políticas públicas.....	23
Figura 4 – Processo coordenado de avaliação de políticas públicas.....	25
Figura 5 – Fluxograma da avaliação.....	25
Figura 6 – Avaliação executiva como porta de entrada para outras avaliações.....	26
Figura 7 – Desenvolvimento integrado: formação de redes.....	33
Figura 8 – Distribuição dos níveis de capital social por região brasileira (em %).....	40
Figura 9 – Marco Zero e Esplanada dos Ministérios em 30/09/1958.....	45
Figura 10 – Mapa do Distrito Federal.....	46
Figura 11 – Normativos Prouni.....	57
Figura 12 – Relação entre Prouni (educação) e dimensões do desenvolvimento local	85
Gráfico 1 – Bolsas ofertadas por meio do Prouni a cada ano (2005-2017).....	61
Gráfico 2 – Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais segundo nível de instrução (2016 e 2019).....	63
Gráfico 3 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não tinham concluído o ensino superior, segundo a situação do domicílio e os quintos populacionais de rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil 2019.....	64
Gráfico 4 - Proporção da população com nível superior completo, segundo os países membros ou associados à OCDE (2018).....	65
Gráfico 5 – Percentual de ingressantes com financiamento não reembolsável	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Panorama comparativo do DF na educação – ensino fundamental e médio...	47
Tabela 2 – Panorama comparativo do DF no trabalho e rendimento.....	48
Tabela 3 – Número de bolsas ofertadas, número de bolsas concedidas e vagas ociosas.	61
Tabela 4 – Bolsas ofertadas por meio do Prouni a cada ano (2005-2017).....	62
Tabela 5 – Dados gerais de matrículas no ensino superior.....	66
Tabela 6 – Evolução ingressantes x concluintes.....	67
Tabela 7 – Registro dos cursos presenciais mais procurados na rede privada.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das principais características do desenvolvimento local.....	35
Quadro 2 – Definições de capital social presentes na literatura técnica.....	37
Quadro 3 – Descrição dos normativos do Prouni.....	58
Quadro 4 – Perfil dos entrevistados.....	69
Quadro 5 – Identificação dos entrevistados.....	69
Quadro 6 – Comparativo quanto ao envolvimento social antes e após a graduação.....	71
Quadro 7 – Levantamento da escolaridade dos pais e mães dos egressos.....	82
Quadro 8 – Exemplos de ocorrências da palavra “oportunidade” nas entrevistas.....	83
Quadro 9 – Exemplos de ocorrências da palavra “porta” e “sonho” nas entrevistas.....	84

LISTA DE SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
ANUP	Associação Nacional das Universidades Particulares
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNE	Plano Nacional de Educação
Prouni	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Sesu	Secretaria de Educação Superior

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	Políticas Públicas.....	16
2.1.1	O Ciclo de Políticas Públicas.....	19
2.1.2	Avaliação de Política Pública <i>Ex Post</i> sob o Enfoque do Efeito.....	24
2.1.3	Uma Política Pública: o Prouni.....	27
2.2	Compreendendo o Desenvolvimento Local.....	30
2.2.1	Capital Humano e Capital Social.....	36
2.3	O Prouni e a sua Relação com o Desenvolvimento Local.....	41
3	METODOLOGIA.....	43
3.1	Tipificação da Pesquisa.....	43
3.2	Método de Pesquisa: Estudo de Caso.....	44
3.3	O Contexto Estudado: Distrito Federal.....	44
3.4	Coleta de Dados.....	48
3.4.1	Participantes do Estudo.....	49
3.4.2	Critérios de Inclusão e Exclusão da Entrevista.....	50
3.4.3	Tratamento e Análise dos Dados Oriundos das Entrevista.....	51
3.5	Análise de Conteúdo Como Técnica para a Análise de Dados.....	52
3.6	Limitações da Pesquisa.....	53
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	55
4.1	Prouni: objetivos, regras, normativos, metas e atores envolvidos.....	55
4.2	A Educação Superior Privada no Distrito Federal (DF).....	66
4.3	Análises Decorrentes das Entrevistas.....	69
4.3.1	Construindo as Categorias Temáticas.....	70
4.3.2	Categoria 1: condições socioeconômicas.....	70
4.3.3	Categoria 2: educação.....	80
4.4	Resultados das Entrevistas e da Descrição do Prouni	84
5	CONCLUSÃO.....	88
	REFERÊNCIAS.....	91
	APÊNDICE A.....	96
	APÊNDICE B.....	97

1 INTRODUÇÃO

O Programa Universidade para Todos (Prouni) é uma política pública afirmativa de inclusão ao ensino superior para brasileiros de baixa renda. A criação do programa em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, ocorreu em meio a um movimento de expansão e desenvolvimento do ensino superior tanto no setor público como no setor privado.

O acesso ao programa decorre de nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e tem como finalidade conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, especificamente não diplomados que tenham renda per capita familiar de até três salários mínimos, em instituições privadas de educação superior.

Desse modo, o Prouni busca ampliar o acesso à educação para aqueles que não alcançaram as vagas concorridas nas universidades públicas, bem como, não dispõem de condições para ingressar e permanecer em faculdades privadas, universo, até então, elitizado e acessível apenas àqueles com disponibilidade de investir recursos financeiros nos estudos do ensino superior.

Como política pública de Estado para a educação, o programa perpassa três agentes: o governo federal, as instituições de ensino superior e o cidadão.

No que diz respeito ao governo federal, o benefício está em fomentar o acesso à educação, visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico. As instituições de ensino superior participantes, em contrapartida às bolsas concedidas, usufruem da isenção de determinados tributos federais, não havendo repasses monetários ou financeiros no âmbito do Prouni. E o cidadão tem o seu direito à educação outorgado.

Para além dessa tríade, pode-se considerar que a concessão de bolsas de estudos já contribui para o desenvolvimento local, ao resultar em efeito multiplicador quando demanda insumos e tecnologia, o que implica em aumento de oferta de trabalho, propiciando renda para a população e crescimento do desenvolvimento socioeconômico.

Assim, o Programa Universidade para Todos passa a ser percebido em uma cadeia de atores beneficiados, para além do aspecto de desenvolvimento econômico e do empoderamento do cidadão, podendo ser dimensionado a partir de seus efeitos multiplicadores e não somente como meta quantificadora do acesso ao ensino.

Nesse sentido, é preciso questionar se, ao longo dos 18 (dezoito) anos de execução, o Prouni possibilitou a transformação socioeconômica do bolsista, bem como, se foi identificada

a constituição de desenvolvimento local como um meio para transformação social, de forma a proporcionar condições que visem reduzir as desigualdades entre os cidadãos.

Observa-se que esse progresso se manifesta ao tornar perceptivo o bem-estar na sociedade, a capacidade de crescimento socioeconômico, político e ambiental, atrelado à noção de responsabilidade e respeitabilidade.

O despertar para a análise da relação entre os temas traz contribuições para o processo evolutivo socioeconômico comunitário, tendo em vista que, para se concretizar um plano de desenvolvimento, em que o principal eixo é o cidadão/indivíduo, sendo ele o facilitador do desenvolvimento, deve-se preparar o capital humano para que o transforme em capital social conceitualmente descrito como o poder de um grupo de pessoas para agir por determinada ação (KRONENBERGER, 2011).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa indaga: qual o papel do Programa Universidade para Todos (Prouni) para o desenvolvimento local?

Como encaminhamento à resposta dessa questão, este estudo está delimitado às experiências de três instituições de ensino superior do Distrito Federal que participam do Prouni.

O objetivo central deste trabalho foi analisar as contribuições do Programa Universidade para Todos (Prouni) para a constituição do desenvolvimento local a partir da perspectiva do beneficiário no contexto do Distrito Federal.

A pesquisa buscou especificamente:

- descrever o Prouni em seus objetivos, regras, normativos, metas e atores envolvidos;
- relacionar a situação de egressos que concluíram a graduação por meio de bolsa Prouni em instituições de ensino superior do Distrito Federal à possíveis mudanças das suas condições socioeconômicas;
- identificar se as contribuições do Prouni caminham na direção da constituição do desenvolvimento local do Distrito Federal.

O local escolhido para a análise do Prouni é o Distrito Federal, que não se trata nem de Estado nem de Município, mas reúne características de ambos. Para tanto, recebe como denominação de Regiões Administrativas (RA) os aglomerados urbanos que compõe esse Distrito, num total de 35 (trinta e cinco) RA atualmente.

Considerando tais aspectos, busca-se averiguar a pertinência da seguinte suposição: sendo o Prouni um meio de acesso à graduação proporcionado pelo governo federal, ao provocar um senso cíclico de evolução e transformação pode incentivar o sentimento de

pertencimento do cidadão, criando efeitos múltiplos para o desenvolvimento da comunidade a que ele pertence em determinada região.

Portanto, nessa pesquisa, tem-se uma busca pela relação entre política pública de acesso à educação superior e fatores causais sob o desenvolvimento local. Tal estudo pretende suprir uma lacuna quanto à análise qualitativa advinda do Prouni com ênfase nos graduados bolsistas.

Nesse sentido, o trabalho busca colaborar sob o ponto de vista prático na análise qualitativa da transformação de concluintes pelo Prouni em dimensões específicas do desenvolvimento local, ao identificar o efeito social e econômico nas localidades tendo como referência o programa do governo federal.

Sob a ótica da relevância teórica, o trabalho proporciona relacionar a política pública educacional sobre aspectos do desenvolvimento local que entre si possuem relação de causa e efeito a longo prazo, guardando, porém, reflexos indiretos dessa análise.

Destarte, o estudo está organizado nessa primeira seção, Introdução, e mais outras quatro.

Na segunda seção, Referencial Teórico, oferece-se subsídios de autores para a análise do tema tratado neste trabalho, buscando contextualizar o Prouni e a sua relação com a constituição do desenvolvimento local.

Na terceira seção, Metodologia, revela-se os procedimentos utilizados na pesquisa, apresentando como o problema da pesquisa e os objetivos serão alcançados.

Na quarta seção, Resultados e Discussão, a partir da análise dos principais achados alinhados com o objetivo da pesquisa, explana-se sobre os resultados do estudo.

Como conclusão do trabalho, na quinta seção, constrói-se impressões, limitações, reflexões, reformulações e proposições para futuras pesquisas sobre a temática em análise.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre o Prouni e o desenvolvimento local tem imbuído na fundamentação o cidadão. Assim, na busca pela compreensão dessa relação, foram destacados conceitos e abordagens que apontam para a conexão entre o efeito da política pública do Prouni e o empoderamento advindo de mudanças das suas condições socioeconômicas.

2.1 Políticas Públicas

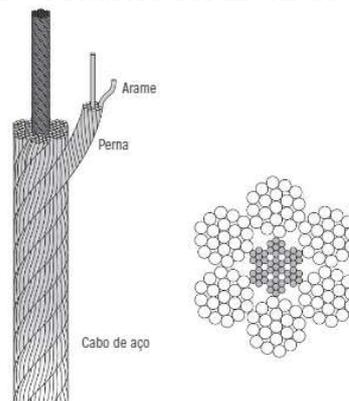
Política pública é um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelos órgãos governamentais, a fim de garantir direitos à população, podendo impactar as pessoas a nível federal, estadual ou municipal.

Para Secchi (2013), política pública é uma diretriz formulada pelo Estado com a finalidade de resolver um problema público, produzindo conteúdo concreto e simbólico de políticas em um processo de construção e atuação de decisões políticas. Dessa maneira, percebe-se certa subjetividade em relação à análise das políticas a serem escolhidas para atendimento do bem comum.

Segundo o autor, a diretriz da política pública é caracterizada como nível macro estratégico, intermediário ou mesmo operacional, e as diretrizes, independentemente do seu nível de gestão, contribuem para a solução do problema público, visto que programas, planos e projetos nos âmbitos estruturantes e locais fazem parte do estudo da referida política.

A Figura 1 utiliza como metáfora o cabo de aço para os níveis de diretrizes: o cabo representa o todo – o tema a ser evoluído e a política –, as pernas e arames representam as ações, programas, projetos que se unem para formar o todo.

Figura 1 – Metáfora dos níveis de diretrizes.



Fonte: Secchi (2013, p. 8).

Para Secchi (2013), fator que merece destaque são os agentes envolvidos no processo de políticas públicas, seja participando das decisões, influenciando ou mobilizando. Também denominados de atores, são assim chamados por representarem papéis na arena política de forma dinâmica e não estática.

Essa arena pode ser reflexo de variados personagens individuais ou coletivos, governamentais ou não, destacando-se a maleabilidade dos atores, pois o mesmo ator pode manifestar diferentes interesses em contextos da política ou fases do ciclo da construção da política pública.

Há ainda a divergência na representatividade daqueles pertencentes à mesma categoria que podem manifestar-se opostamente aos demais pares a partir de comportamentos e ações.

Secchi (2013) também analisa que, dentre a categoria de atores governamentais de um lado encontram-se os políticos, burocratas, designados politicamente e juízes. De outro lado, encontram-se os grupos de interesse, partidos políticos, *think tank*, meios de comunicação, entre outros.

Ao se tratar de formatos de tomada de decisão, Casula (2017, p. 1126) apresenta quatro modelos: governo de partido, neocorporativismo, triângulo de ferro e redes temáticas, e, “em cada um deles, os atores envolvidos são diversos, tanto em número como em suas qualidades”.

No primeiro modelo, as escolhas da política são atribuídas ao partido e seus líderes, tendo como adoção mais propícia em sistemas bipartidários e partidos disciplinados e com programas “altamente aprimorados”. Considerado apropriado para partidos antigos de massa, não se enquadra às mudanças incrementais de estrutura que ocorrem atualmente.

O neocorporativismo teve o surgimento para fortalecer a política feita pelo Executivo, em emergências, em especial de caráter socioeconômico, sendo que se trata de “sistema de intermediação de interesses em que as organizações são limitadas, e o Estado lhes dá o monopólio da representação em troca de alguma influência sobre as nomeações no parlamento” (SCHMITTER, 1975 apud CASULA, 2017, p. 1126).

Casula (2017) indica que, ao contrário do primeiro modelo que tem a política sendo tratada por grupo restrito, nesse segundo é possível se visualizar como característica a negociação entre diversos atores, e, para além disso, registra-se a necessidade de preencher a três requisitos:

- instauração de governo pró-trabalhismo;
- presença central organizacional de grupos de interesse; e
- presença de monopólio da representação.

No que diz respeito ao modelo triângulo de ferro, os atores e as políticas por eles representadas são mais inflexíveis, com rigidez excessiva. Capella e Brasil (2015) definem o modelo como pautado em interações de troca de favores de grupo exclusivo de atores que controla as construções de políticas. Diante disso, verifica-se a estrutura institucionalizada para controlar as políticas que poderiam vir a interferir economicamente nos interesses desse grupo.

Por fim, para Casula (2017) as redes temáticas marcadas pela diversidade de atores envolvidos e sua dinamicidade reforçada pela mudança constante e instável, tem no resultado dessa alternância os atores propensos a interesses materiais tendo em vista não possuírem valores solidificados.

As redes temáticas definidas pelo pesquisador Heclo (apud CAPELLA; BRASIL, 2015a), são “particularmente relevantes para as políticas de bem-estar altamente complexas e confusas que foram realizadas nos últimos anos”. Como características guardam a ampla participação, caracteriza-se pouco interação entre os participantes e amplo conflito, contando com relações desiguais entre eles.

Como modelo complementar a esse último, há as comunidades políticas que, contrariamente à proposta das redes, é mais restrito em relação a participação com aumento na interação entre os atores, manutenção da constância, além de contar com controle de recursos e equidade na distribuição de poder (CAPELLA; BRASIL, 2015a).

Outra análise sobre a política pública diz respeito à tipologia. Para Secchi (2013, p. 24) a tipologia “é um esquema de interpretação e análise” que absorvem o principal das políticas públicas. Assim, a maneira que os diversos autores interagem na arena decisória é o reflexo da tipologia que fundamenta as políticas públicas seja na concepção, implementação e/ ou execução.

O autor Lowi (1964 apud SECCHI, 2013, p. 25) em seus estudos analisa que “*policies determine politics*”, ou seja, as políticas públicas influenciam na dinâmica da política, modificando toda a estrutura. Segundo o teórico, as políticas são definidas em:

- regulatórias no qual há o direcionamento para padrões;
- distributivas que “geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes”;
- redistributivas com vantagens a certos grupos e custos atribuídos a outros grupos concentrados; e, por fim,
- constitutivas, chamadas também de *meta-policies*, pois estão acima das políticas anteriores e estruturam a dinâmica nas arenas.

2.1.1 O Ciclo de Políticas Públicas

Com o objetivo de interpretar com mais clareza os momentos da atuação de uma política pública, os estudiosos do tema estabelecem um esquema visual em fases, conhecido também como o ciclo de políticas públicas.

Na prática, essa visualização em fases não implica na necessidade de que todas as etapas do processo sejam realizadas nem que sejam seguidas sequencialmente na ordem estudada.

Dias e Matos (2012) afirmam que a divisão em etapas visa a melhor interpretação da visão do processo sistêmico, mas fazem a ressalva de que, na prática, não há a descrição lógica em sequência bem delimitada, havendo sobreposição de fases, interferência entre os processos de maneira a afetá-los mutuamente.

Os processos do ciclo são compostos de uma complexa rede que “passam a estar fortemente imbricadas em estruturas de governança (governance). Governança entendida enquanto regras do jogo e arranjos institucionais que dão sustentação à cooperação, à coordenação e a negociação” (SILVA; MELO, 2000 apud DIAS; MATOS, 2012, p. 64).

Dadas algumas diferenças de apresentação pelos estudiosos, a sequência do ciclo de políticas públicas é composta basicamente por:

- formulação, em que há a definição do problema, formação de agenda e tomada de decisão;
- implementação;
- avaliação.

Para Secchi (2013), além dos processos supracitados há, posteriormente ao momento da avaliação, a fase de extinção, conforme dispõe a Figura 2 que traz a visualização teórica do ciclo de políticas públicas.

Figura 2 – Ciclo de políticas públicas.



Fonte: Secchi (2016, p. 43).

Primeiramente, a identificação do problema público pode ser apresentada de diversos modos, seja por agentes governamentais ou não governamentais, como mídia, o próprio grupo afetado ou projetos propostos pelo Poder Executivo ou Poder Legislativo.

Segundo o autor, as situações em que os problemas podem emergir são:

1. Deterioração do status quo: quando o ambiente público sofre algum depauperamento ou trauma real, como a estagnação econômica nacional, a sonegação de tributos estaduais ou uma catástrofe natural;
2. Vislumbramento de uma oportunidade de melhoria: quando a situação ideal se afasta do status quo com uma melhoria, seja por um avanço na tecnologia, seja pela visualização de benchmarks, como o descobrimento de uma nova vacina ou a disseminação de um modelo de gestão pública que obteve sucesso em governos de outros países;
3. Mudança na percepção das pessoas: quando não há mudanças objetivas no status quo nem na situação ideal, mas há mudanças na percepção intersubjetiva dos problemas, ou seja, na percepção compartilhada das pessoas do que é ou não é um problema público. Exemplos são a prática do bullying, que hoje está criminalizada, mas há anos era encarada com naturalidade nas escolas, e a defesa dos direitos dos animais, que avança a cada ano na consciência coletiva (SECCHI, 2016, p. 27-28).

A análise do problema deve envolver os questionamentos de ser de fato um problema e ainda se esse problema é público e não questão individual a ser resolvida; se há soluções factíveis e, por fim, se há disposição no enfrentamento desse problema.

Nesse sentido, trata-se da amplitude da questão quando “um problema deixa de ser privado e passa a ser público quando afeta uma quantidade ou qualidade notável de pessoas” (SECCHI, 2016, p. 45).

Assim, Bernal (2010 apud DIAS; MATOS, 2012, p. 68) complementam que tornar um problema público se trata de uma construção social, ordenada em sequências: “primeiro, adquire certo nível de generalidade como problema público; depois, adquire reconhecimento social; e, em terceiro lugar, torna-se susceptível de ser parte da agenda política a ser institucionalizada.”

Na formação da agenda, os atores listam os temas importantes a serem discutidos pelos governos, ou seja, os problemas públicos que receberão atenção governamental. Calmon e Costa (2007, p. 3) mencionam que essa etapa do ciclo de políticas públicas “ocorreria na medida em que um tema passasse a despertar a atenção de uma audiência mais ampla ou mais atenta”.

Importante mencionar que mesmo que o problema entre na agenda formal não quer dizer que será tratado de fato sob quaisquer métodos de política pública. Há que considerar, que a escolha das políticas públicas nada mais é do que fazer políticas e que tais escolhas podem e devem ser priorizadas devido à urgência para resolver as questões públicas, ou mesmo, por vezes são escolhidas em virtude dos benefícios colhidos com a atuação da política pública, que seriam a obtenção de votos e reeleições.

Neste ponto são definidas as prioridades, assim como as arenas e os atores envolvidos em um processo de seleção. Considera-se que há reflexo da opinião pública como resultado da formação da agenda, estabelecido por interação entre as divergências de opinião, normativos, interesses colocados nas arenas de discussão, percepções e juízos (DIAS; MATOS, 2012).

Após a formação da agenda tem-se a formulação de alternativas, momento relevante em que são definidos os objetivos e as estratégias, e a tomada de decisão. Segundo Schattschneider (apud SECCHI; COELHO; PIRES, 2019, p. 61), “a definição das alternativas é o instrumento supremo de poder, porque a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca poder”.

Observa-se que o estabelecimento de dimensões de impacto acaba por prever com mais clareza as metas quantitativas em detrimento das qualitativas, por serem mais complexas de se estabelecer e, em casos do não atingimento, poder gerar consequências políticas devastadoras.

Nessa fase, variados métodos podem ser formulados, utilizando variados instrumentos, com os quais se mobilizarão diversos tipos de recursos.

A tomada de decisão é o processo em que, após todos os levantamentos, optando por agir ou não agir em relação à questão pública, os objetivos serão explicitados nos casos

afirmativos. Esse processo envolve escolher certas opções em detrimento de outras e, por mais que tais decisões caibam ao governo, há a influência de diversos atores interessados na temática debatida sobre o problema público (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Nesse sentido, Dias e Matos (2012, p. 77) concluem que “a presença dessa multiplicidade de atores significa que as decisões não são sempre as mais racionais ou as mais coerentes que poderiam ser adotadas, mas, sim, o resultado da confrontação entre atores diversos.” Assim, depois de propostas as diversas possibilidades de solução, passa-se ao processo cauteloso de escolher dentre elas uma a ser implementada (DIAS; MATOS, 2012).

O ciclo de políticas públicas fica notório quando se materializa na sua execução, ou seja, o momento da implementação da política pública é a ação em si, com seus atores envolvidos na arena pública. O estudo dessa fase implica na análise de erros cometidos nas fases anteriores seja com relação à definição do problema, estabelecimentos dos objetivos e metas, ou mesmo supervalorização dos efeitos (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019)

Dias e Matos (2012, p. 80) reforçam a complexidade da etapa de implementação quando se faz presente entre a interação da diversidade de rede de atores envolvidos, interessados e afetados pela execução do processo e da rede política que desempenha papel essencial no alcance dos resultados com base em decisões circunstanciadas em contextos políticos.

Outro ponto de atenção se deve ao fato de as relações intergovernamentais demandarem zelo pela criticidade da interação entre diferentes níveis governamentais, ou seja, a presença de diversos níveis de governanças sem estabelecimento de níveis hierárquicos eleva a complexidade de execução frente ao caráter colaborativo interinstitucional demandado.

Nesse processo do ciclo de políticas públicas, é possível verificar o gerenciamento da execução por meio de dois modelos: *top-down* (“de cima para baixo”) e *botton up* (“baixo para cima”).

Secchi (2013, p. 60) caracteriza o primeiro modelo como funcionalista e tecnicista haja vista a elaboração e a decisão ser da esfera pública “e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos.”

O autor aponta que no *botton-up* há maior discricionariedade por parte dos atores da linha de frente, também conhecidos como burocratas de rua, na auto-organização e na moldagem na implementação, há ainda a predominância da avaliação posterior a execução da política.

Secchi (2013, p. 63) apresenta a avaliação da política pública como o momento destaque de análise das fases anteriores, por meio de exames sobre a atual situação da política, bem como dos efeitos gerados por sua implementação, sob o aspecto do grau de redução do problema.

Nesse processo, pode haver a alteração significativa da percepção dos atores sobre a questão e assim melhorá-la.

Essa etapa, que também visa corrigir falhas e distorções, visualiza o processo em suas especificidades, bem como a complexidade do sistema holístico – Figura 3.

Figura 3 – Processo de avaliação de políticas públicas.



Fonte: GUID 9020 (INTOSAI, 2019)

Fonte: Brasil (2022).

Dias e Matos (2012) abordam a etapa dispendo dos processos de avaliação, acompanhamento e monitoramento. Assim, a transversalidade da avaliação que pressupõe a definição de estruturas de análise e metodológicas, além de uma definição de alterações dos efeitos frente aos resultados dessa avaliação, permite aos governos a reflexão sobre seus atos e decisões, contribuindo para revisão e melhoria nas etapas do ciclo das políticas públicas.

Quando se trata de acompanhamento, a supervisão sistemática e a avaliação das atividades e de seus reflexos implicam no fornecimento de informações capazes de corrigir alterações que impeçam a obtenção dos resultados esperados (DIAS; MATOS, 2012).

O monitoramento, segundo os autores, refere-se ao impacto da implementação por meio de avaliações pontuais reiteradamente, visando melhorar o desempenho das ações, como também a adequação das proposições em relação a realidade e a efetividade do previsto anteriormente.

Secchi (2013) indica que o processo avaliativo ideal ocorre em todas as fases e é chamado de avaliação *ex ante*, *in itinere* e *ex post*, correspondendo respectivamente à avaliação na fase de formulação, durante a implementação – representando o monitoramento-, e após a implementação da política.

O mesmo autor identifica a extinção como o momento em que a política é finalizada:

- com uma das justificativas de resolução do problema;
- solução construída ineficaz;
- perda de espaço nas agendas formal ou política.

Há outros motivos que podem justificar o encerramento bem como a dificuldade de certas extinções acontecerem em certas políticas em que assim como na formulação precisam das janelas de oportunidades para determinar a sua conclusão.

Ressalta-se que a realidade da política pública não acontece com fases bem demarcadas nem de forma linear como conceitualmente explicado. Muitas questões temporais, políticas, emergências acabam por influenciar a formulação, execução e avaliação quando tratado no caso concreto de uma política pública.

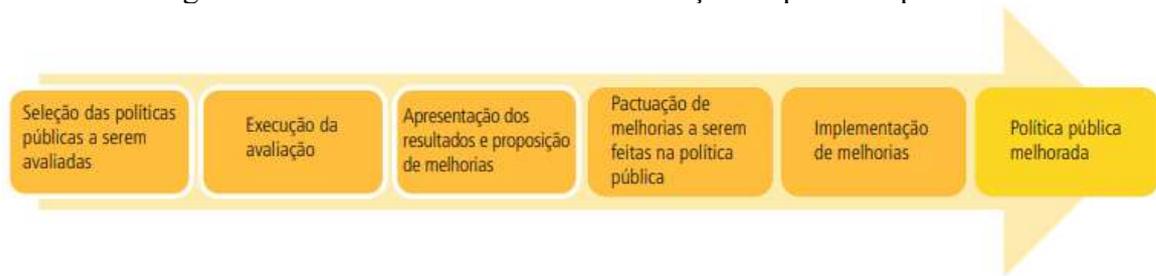
2.1.2 Avaliação de Política Pública *Ex Post* sob Enfoque do Efeito

O processo de avaliação em todas as fases do ciclo de política pública, que tenha seus dados geridos e retroalimentados, pode ser fator contributivo para a boa execução dessa política.

Assim, no intuito de reforçar a definição prática de avaliação, Jannuzzi (2020) assinala que esse processo se trata da reunião de procedimentos técnicos, visando a produção de informação e conhecimento sob a ótica de diversos ramos disciplinares por diferentes meios de abordagem metodológicos de pesquisa social.

Tal processo permite visualizar os objetivos e metas projetados e sua capacidade de gerar os efeitos correspondentes esperados. Essa coordenação está representada na Figura 4.

Figura 4 – Processo coordenado de avaliação de políticas públicas.



Fonte: Brasil (2018, p. 20).

O guia prático de análise *ex post* da Casa Civil da Presidência da República (BRASIL, 2018) indica que a análise avaliativa sobre a gestão de resultados vem ao encontro da adoção de políticas baseadas em evidências, contributivos para o cumprimento das metas com economicidade e produção de resultados efetivos, que resultem em impactos positivos para o público-alvo da política pública.

Ressalta a complexidade sobre a avaliação de impacto que visa ater-se sob o aspecto do beneficiário da política e deve prezar pelo isolamento de fatores que podem vir a gerar interferências nos indicadores.

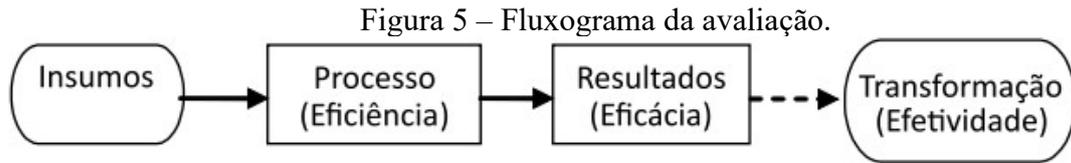
Essa avaliação também deve trabalhar com hipóteses de cenários alternativos em que não haja intervenção da política para encontrar as diferenças e, então, concluir sobre o resultado da política pública, se houve impacto positivo, negativo ou nulo.

Jannuzzi (2020) aponta que alguns critérios observáveis para o processo de avaliação correspondem ao aspecto da eficácia, eficiência e efetividade:

- a eficácia buscada nas avaliações se direciona ao cumprimento dos objetivos pactuado;
- a eficiência está relacionada ao custo de acordo com a escala e complexidade de ação; e
- a efetividade advinda da valoração dos efeitos em outras dimensões sociais.

A Figura 5 representa o encadeamento dos conceitos apresentados por Sano e Montenegro Filho (2013):

- eficácia como resultante entre as metas estipuladas e as alcançadas;
- eficiência como a relação positiva entre execução e economicidade de recursos; e
- efetividade como transformação ocorrida a partir das ações envolvidas.



Fonte: Sano e Montenegro Filho (2013, p. 39).

Sobre o foco avaliativo e seus momentos, há múltiplas especificidades tratadas por autores. Contudo, em todas as abordagens, o objetivo é o aprimoramento e melhoria da tomada de decisão em relação ao programa executado.

Figura 6 – Avaliação executiva como porta de entrada para outras avaliações.



Fonte: Brasil (2018, p. 30).

O guia prático de análise *ex post*, criado pelo Governo Federal (BRASIL, 2018), apresenta múltiplos enfoques, conforme o representado na Figura 6.

O primeiro contexto avaliativo trata da análise de diagnóstico do problema, que verifica se o problema está em processo de resolução.

Na avaliação de desenho, ocorre o confronto entre o que foi previsto e o que está sendo implementado pela política pública.

Já a avaliação de implementação tem como foco a execução, se as questões estão sendo aprofundadas nos insumos e entregas, e se correspondem com a legislação.

A avaliação de governança visa a efetividade e economicidade. Analisa as estruturas, funções, processos e as tradições organizacionais de modo que resulte em melhores entregas.

A avaliação de resultados correlaciona indicadores em conformidade com relevância, padronização, periodicidade e possibilidade de divisão e análise de microdados. Também são analisadas as percepções ao atendimento e satisfação do público-alvo sobre a política.

Na avaliação de impacto, tem-se a análise para determinação de modo evidente da mudança propiciada pela ação na vida do beneficiário.

A avaliação econômica tem enfoque sobre retornos da política quanto às questões econômicas e sociais. E, por fim, a análise de eficiência despende o olhar para possibilidade de obtenção de resultados melhores a custos menores.

Jannuzzi (2020, p. 47) a denomina de avaliação somativa e avalia a alteração da situação frente à realidade verificada anterior à intervenção pública, “considerando naturalmente a complexidade de seu desenho e dos arranjos operacionais, além da criticidade da questão social enfrentada.”

Para o autor, é importante adequar a avaliação ao momento indicado, visto que antecipar o processo avaliativo de resultado e impacto pode implicar em evidências de baixa relevância e consistência, indicando uma falta de efetividade quando, na verdade, não possibilitou a maturação do desenho da ação frente à complexidade do problema público. O contraponto também gera implicações distorcidas sobre os efeitos da política pública, ou seja, a demora na avaliativa tende a prejudicar a análise.

2.1.3 Uma Política Pública: o Prouni

Ao final do século XX, houve a priorização na agenda do governo federal, juntamente com os responsáveis por universidades públicas e privadas e o setor privado para o desenvolvimento de políticas voltadas ao ensino superior, e com isso atingir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE¹) do Brasil vigente à época.

Campos, Benedetto e Pinheiro Júnior (2019, p. 9) destacam diversas ações educacionais executadas nas instituições públicas:

- i) a implantação de novos meios de seleção de estudantes (como o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem); ii) o estabelecimento de sistemas de cotas para essa seleção (cotas para oriundos do ensino médio da rede pública, bem como para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas); iii) a modernização e a ampliação da rede de universidades federais (com a criação

¹ Plano Nacional de Educação (PNE) de Lei no 10.172/2001. Entre outras metas desse plano, destacava-se o aumento de algo em torno de 10% para 30% na proporção de jovens de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior (CAMPOS; BENEDETTO; PINHEIRO JÚNIOR, 2019, p. 9).

de novas instituições e, também, de novos campi situados em regiões não afluentes); e iv) novos instrumentos de apoio à permanência dos estudantes nas universidades (voltados especialmente àqueles de baixa renda).

E, para as instituições privadas, evidenciam:

(...) i) a possibilidade de uso dos novos meios de seleção de estudantes, também utilizados pelas instituições públicas (como o Enem); ii) a expansão dos mecanismos de financiamento dos custos de acesso às universidades privadas (por meio de iniciativas como o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies); e iii) a criação de instrumentos de concessão de bolsas para os estudantes de baixa renda, incapazes de arcar com as despesas de ingresso nas universidades privadas (o Prouni).

Esse aporte para as instituições privadas contribuiu para a expansão da rede representando 79% das vagas ofertadas e conseqüentemente a maioria em matrículas, com 67%, conforme apresenta Pinto (2004 apud CAMPOS; BENEDETTO; PINHEIRO JÚNIOR, 2019, p. 9).

Observa-se que, anteriormente, o elevado quantitativo de vagas representava uma desproporcionalidade em relação às matrículas, em virtude de grande parte da população não possuir recursos para pagar o estudo no ensino superior implicando em crescente não ocupação das vagas ofertadas.

Nesse sentido, corroborando com o citado em relação ao ciclo de políticas públicas, Calmon e Costa (2007) mencionam a entrada do problema na agenda pública “ocorreria na medida em que um tema passasse a despertar a atenção de uma audiência mais ampla ou mais atenta”.

Desse modo, a questão da amplitude do problema sobre o acesso à educação superior por um grupo que não detinha recursos suficientes para pagar o ensino ou ingressar na universidade federal atrelado à ociosidade das vagas nas instituições privadas ganhou notoriedade em quantidade e qualidade, conforme apresenta Secchi (2016).

Como solução para essa situação, foram criados os programas de financiamento estudantil: Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), como meio de se adquirir as vagas ociosas das instituições de ensino superior privadas por meio de um perdão tributário.

Esse formato se mostrou positivo entre as empresas educacionais visto que elas “pagavam as maiores alíquotas desses tributos – ou tinham as bases de cálculo mais amplas” (CARVALHO, 2006b apud CAMPOS; BENEDETTO; PINHEIRO JÚNIOR, 2019, p. 9).

Para tanto, os atores envolvidos na arena política na formação do Prouni em específico, contou com grande participação do Poder Legislativo, quando da apresentação ao Congresso Nacional do PL n.º 3.582, em maio de 2004, sendo esse ator comparado por Kingdon (1995 apud CALMON; COSTA, 2007) em importância similar ao Poder Executivo na formação da agenda.

Ainda destaca que houve a participação do grupo *outside initiative*² com alto grau de identificação com a questão ao moldar o processo da criação da Medida Provisória que posteriormente foi transformada na Lei do Prouni.

Sena (2011) analisa que a proposição de políticas públicas para o ensino e, consequentemente a sua implementação, reforça a competência atribuída ao Estado visando intervenções positivas que solucionem barreiras limitantes do ingresso e continuidade de formação dos cidadãos à educação. Não seria diferente com o acesso ao ensino superior e a implementação da política pública do Prouni. Tal questão apresenta-se como resposta aos baixos índices de ingresso à graduação no Brasil em meados dos anos de 1970 e 1980.

Conforme relata Chaves e Amaral (2016), o cenário de criação do Prouni é marcado pela presença de mercados capitalistas em um sistema de gestão neoliberal, iniciado durante o período da ditadura militar, que afetou também a educação superior, com a expansão das instituições privadas com o aumento de matrículas de 44% para 64% no período de 1965 a 1980.

Nesse contexto, tem-se grande parte da população que não tem acesso às universidades federais de ensino superior juntamente ao estímulo do crescimento das instituições com fins lucrativos.

Os autores analisam que, mesmo com a exponencial oferta de ensino superior, grande parte das vagas ficavam ociosas devido a diversos problemas socioeconômicos enfrentados pela sociedade brasileira, que encontram dificuldades como a indisponibilidade de tempo, de recursos financeiros ou de preparo para disputar as vagas em vestibular devido a desigualdade educacional entre o público e o privado advindo do ensino médio. Assim, a educação superior é estimulada de maneira que atenda a esse público.

² Formado por grupos não governamentais, os quais, no caso concreto do Prouni reuniu as associações das mantenedoras, dentre elas a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) que basicamente influenciaram nas decisões da aplicabilidade da política, propondo modificações.

Verifica-se, então, a definição do problema: ociosidade das vagas ofertadas pelas Instituições de Ensino Superior privadas juntamente com o fato de a população necessitar de oportunidade para manter os estudos de graduação.

Além disso, tem-se a instituição da diretriz para a educação, em 25 de junho de 2014, por meio do Plano Nacional de Educação, com a Lei nº 13.005, que traz no bojo normativo a meta 12 para a educação superior, nos seguintes termos: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta” (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, o Prouni é criado por intermédio da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005. Além dos supracitados normativos, a cada semestre Portarias e Decretos são emitidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2005).

O objetivo do programa foi permitir o acesso ao ensino superior de entidades com ou sem fins lucrativos por meio da concessão de bolsas, integrais ou parciais, a estudantes de baixa renda, ou seja, com renda familiar per capita seja de até três salários mínimos, oriundos de escolas públicas ou privadas com bolsa integral (BRASIL, 2005).

Sena (2011) analisa que essa questão do acesso ao ensino superior àqueles que necessitam da oportunidade para se desenvolverem, visto até então como elitizado, expõem a desigualdade social decorrente da desigualdade educacional supressora da população de baixa renda. Essa exclusão social, geradora de dependência desses cidadãos, tem em seu bojo o sistema capitalista e, demanda, naquele momento, de debate não consensual entre a sociedade e a comunidade política.

2.2 Compreendendo o Desenvolvimento Local

De Los Santos, Troian e Troian (2021) observam que o crescimento econômico é buscado pelos governos e, muitas vezes, utilizado para se referir ao crescimento em virtude de proporcionar melhores condições às pessoas por meio do efeito de transbordamento. Todavia, o aumento econômico por si só não implica em benefício igual a todos os cidadãos pertencentes àquele espaço, podendo, inclusive, causar mais desigualdades sociais.

Segundo o autor Oliveira Martins (2002), com as mudanças contextuais globais e necessidade de surgimento de novas adequações, o crescimento econômico é elemento que integra a abordagem e contribui com o incremento socioeconômico, mas que sozinho não bastava para tornar a sociedade autossuficiente.

Assim, ao longo dos períodos da história, tem-se percebido não mais a dicotomia entre Estado e mercado, mas a necessidade de interação e integração entre eles acrescidos da contribuição da sociedade civil (MULS, 2008).

A autora Kronemberger (2011) relata que a temática sobre o desenvolvimento local ganhou representatividade no Brasil a partir da década de 1990, dada a necessidade de mostrar a identidade do local frente ao movimento de globalização. Ademais, a emergência dessa frente, iniciada com uma postura mais descentralizadora advinda da Constituição Federal de 1988 e da organização da sociedade civil, conferiu forças ao terceiro setor.

Oliveira Martins (2002) analisa que, ao encontro dessa dinâmica, há fatores que trabalhados de forma holística caracterizam o desenvolvimento local:

- busca pela estabilidade econômica;
- proteção ambiental;
- redução de desigualdade; e
- melhorias em infraestrutura.

O autor ainda reflete que o desenvolvimento local vem ultrapassar as barreiras sobre as questões básicas e elevar os níveis sobre qualidade de vida comunitário.

Destaca-se que o desenvolvimento local não se resume ao desenvolvimento econômico, porém à interação sistemática de diversas questões sociais, ambientais, políticas e econômicas que possibilitam a evolução e sua retroalimentação em ciclo nessas múltiplas dimensões para permitir a melhoria das condições de vida da sociedade e do meio em que se insere (DA SILVA; LOPES; JUNIOR, 2016).

Kronemberger (2011, p. 31) conceitua desenvolvimento local como:

Processo de aproveitamento de vantagens comparativas e competitivas de uma localidade, para favorecer o seu crescimento econômico, melhorar a qualidade de vida da sua população, fortalecer o seu capital social, promover uma boa governança e uso sustentável dos seus recursos naturais. Trata-se, portanto, de uma convergência de fatores [...], que se cruzam e se interpenetram, sendo que nenhum deles se completa sem o auxílio dos demais, e não pode proceder à leitura isolada de cada um deles sem considerar as suas inter-relações.

Esse processo evolutivo coloca a comunidade local como protagonista para a obtenção de prósperos resultados. Com isso, surge a necessidade de considerar as origens, respeitando a cultura local, a história e os valores, promovendo, portanto, o respeito à dimensão humana do desenvolvimento local.

Oliveira Martins (2002) afirma que esse progresso deve ser centrado no recurso humano – inclusive destacando o questionamento sobre ser desenvolvimento ou (des)envolvimento –, e propõe que o crescimento econômico precisa ser meio e não finalidade, visando a busca por reduções de privações e aflições do ser humano.

Enfatiza que, para o citado processo evolutivo, as pessoas possuem papéis fundamentais na condição de a comunidade possuir e lhe ser assegurado o papel de agente, a exemplo do bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergia e outros.

Esse protagonismo vai além de participações pontuais e restritivas a determinados órgãos ou fases de uma política pública, referindo-se a “empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender”, no sentido de enaltecer, valorizar, garantir e efetivar a participação e não somente permitir e garantir que a presença comunitária aconteça (OLIVEIRA MARTINS, 2002, p. 52).

Nota-se que estratégias de desenvolvimento de “baixo para cima”, com um caráter mais difuso, sustentadas não apenas por fatores econômicos, mas também sociais, culturais, territoriais se tornam possibilidades concretas. Essas iniciativas de desenvolvimento local quase sempre estão associadas à utilização de recursos endógenos conduzidos por pequenas empresas, algumas pertencentes a arranjos produtivos locais e dependem da articulação desses agentes (FURTADO, 2017, p. 29).

Kronemberger (2011) ressalta que o local não remete a um lugar definido no mapa, determinado por escala. Mas, há no termo uma questão de natureza, de um fluxo que se converge para caminhar para a mudança.

Dessa maneira, a determinação do local, caracterizado por seu perfil *sui generis*, tem em suma as interações interpessoais sob o olhar do cotidiano dentro de um território que se singularizam pela construção de uma identidade (OLIVEIRA MARTINS, 2002).

Oliveira Martins (2002) considera que o conceito de desenvolvimento local atrelado ao progresso não se difere do conceito de desenvolvimento endógeno, balizado por iniciativas, necessidades e recursos locais e assim identificar e promover os aspectos positivos da comunidade e localidade. Nesse sentido, a geração de emprego e renda é um meio para o alcance, contudo torna-se imprescindível a organização da comunidade para o planejamento das demandas sob o aspecto do avanço social.

Furtado (2017) pondera que não há trilha exclusiva ou mesmo padrão nos procedimentos para que se tenha sucesso no desenvolvimento, pois localidades com características similares podem apresentar diferentes resultados. A autora indica os fatores que contribuem para esse processo evolutivo:

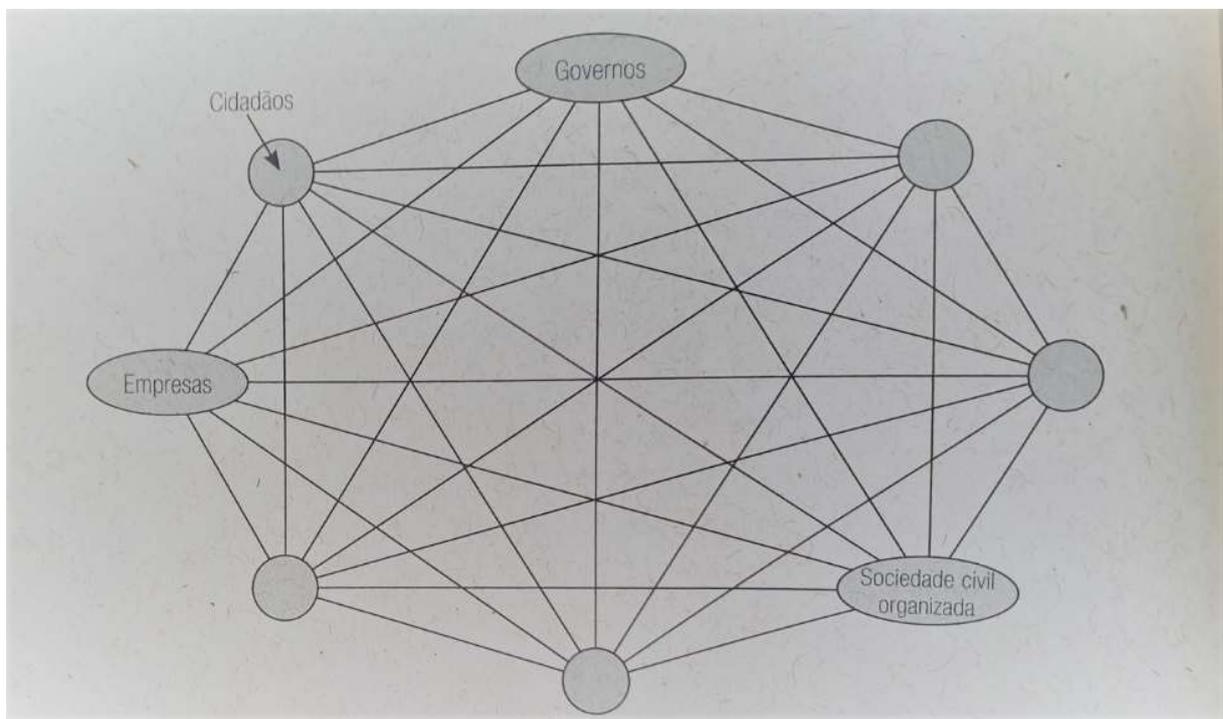
- valorização dos potenciais internos;
- territorialidade por meio do senso de pertencimento; e
- envolvimento e interrelação das instituições presentes naquele espaço.

Para De Los Santos, Troian e Troian (2021, p. 123), o desenvolvimento endógeno está atrelado à transformação local, invertendo o papel de receptor de estratégias externas para o agente que partilha estratégias internas. Trata-se de um processo com “agregação de valor à produção e aumento da capacidade de absorção local em prol do crescimento econômico, onde a presença da acumulação de capital, da tecnologia e dos atores locais, é essencial”.

A participação é requisitada em nível individual e coletivo. No entanto, vai além do ato de se fazer presente, pois é exigida em grau de efetividade, compreensão por meio da tomada de consciência e da formação de senso crítico, mesmo em se tratando de desafio a muitas localidades que não possuem a cultura da participação na política democrática (OLIVEIRA MARTINS, 2002; KRONEMBERGER, 2011).

Como pode ser visto na Figura 7, observa-se que esse senso de enraizamento social cresce quando em meio à formação de redes, de cooperações, de associações.

Figura 7 – Desenvolvimento integrado: formação de redes.



Fonte: Kronemberger (2011, p. 60).

No âmbito do protagonismo dos atores locais em busca da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais, há o compartilhamento de conhecimento em um meio que permita

que as relações sejam construídas para que modifiquem os espaços com a finalidade de alcançar o desenvolvimento. Dessa maneira, solidifica-se o senso de pertencimento e o enraizamento da identidade local (DE LOS SANTOS; TROIAN; TROIAN, 2021).

Kronemberger (2011) evidencia que a transformação de uma realidade deve acontecer no *core*, fortalecendo e evidenciando as pessoas e não focar no caráter assistencialista, corretivo e proibitivo das ações. Assim, projetos não exitosos desconsideram as participações da população e, muitas das vezes, os *policy making* subestimam a complexidade dos problemas, os atribuindo o caráter linear de processo.

Segundo De Los Santos, Troian e Troian (2021) e Dowbor (2006), é a partir do senso de identidade local que se perpetua a valorização da cultura local. No reconhecimento dos costumes, ritos, bem como, dos recursos locais que caracterizam o espaço, é possível fortalecer o aspecto endógeno local e, fazendo uso disso, atuar em prol do desenvolvimento transformador que transborde os efeitos no espaço, sociedade e tempo, tornando-se vantagem competitiva.

Por conseguinte, trata-se de um processo de construção evolutivo de aproximação para “identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar”, superando os níveis de pobreza de forma igualitária, contudo, não pautado na superação de “carências materiais” em sua essência (OLIVEIRA MARTINS, 2002, p. 53).

Dessarte, o desenvolvimento acontece “de dentro para fora` ou de baixo para cima (bottom-up), com a mobilização de recursos locais, porém não fechado em si mesmo, mas articulado a outras instâncias” (KRONEMBERGER, 2011, p. 33). Por isso, a autora também traz o aspecto exógeno do desenvolvimento local, que não são controlados pelos agentes de determinado espaço, mas são recursos que devem ser levados em consideração.

Frente a essa particularidade das localidades, pode-se reconhecer que para obter o desenvolvimento em uma determinada região, não há medidas padronizadas para serem aplicadas. O caminho é o conhecimento dos recursos disponíveis, sejam ambientais, humanos e mercadológicos para o envolvimento da comunidade em todos os processos, compreensão de estratégias, planejamento em diferentes níveis (DE LOS SANTOS; TROIAN; TROIAN, 2021; KRONEMBERGER, 2011).

Não obstante, o acesso às oportunidades sociais permite o desenvolvimento, ou seja, a multiplicidade das questões sociais trabalhadas de forma integrada se torna fator favorável ao contexto de desenvolvimento.

De forma pontual, a educação que “possibilita aumento da capacidade humana e, além de seus impactos positivos sobre o crescimento econômico, substitui em certa medida a necessidade de mecanismos coercivos do Estado” (FURTADO, 2017, p. 32).

Aos atores, sejam eles pertencentes a qualquer um dos três setores – Estado, empresa, sociedade civil –, devem ser atribuídas as responsabilidades, entretanto, cabe ao primeiro setor, o Estado, a condução e orientação para que as dimensões sociais, econômicas, políticas sejam integradas na finalidade de caminhar para o desenvolvimento local. O Estado é agente influenciador dessas mudanças, pois traz consigo a representação da história e das potencialidades pertencente à localidade (FURTADO, 2017).

A seguir, é apresentado o Quadro 1 que relaciona o pensamento de autores de referência às principais características do desenvolvimento local.

Quadro 1 – Síntese das principais características do desenvolvimento local.

Características do desenvolvimento local	Autores/referências								
	Barquero (2007)	Martins (2002)	Dowbor (2006)	Kashimoto, Marinho e Russeff (2002)	Albagli (2006)	Lopes (2001)	Marteleto e Silva (2004)	Silva e Silva (2019)	Amaral Filho (2001)
Atores locais engajados	X	X	X		X			X	
Conhecimento da identidade local		X	X	X	X	X			
Capital social	X	X					X		
Cooperação	X						X		
Educação de qualidade			X	X					
Difusão do conhecimento	X					X			
Inovação	X								X
Valorização da cultura		X		X					
Aumento da produtividade	X								
Investimento em infraestrutura	X								
Aumento do bem-estar		X							
Resgate dos espaços locais			X						

Fonte: De Los Santos, Troian e Troian (2021, p. 125).

O pesquisador Dowbor (2006) chama a atenção para a contribuição da educação a longo prazo para o desenvolvimento local. Isso porque a educação também tem seu papel

transformador, a formação das pessoas gera conhecimento e, com isso, empodera o cidadão a contribuir no processo participativo da sociedade.

A consequência da educação na sociedade é a “melhoria da produtividade seja continua sem causar impactos negativos no mercado de trabalho” (DA SILVA; LOPES; JUNIOR, 2016, p. 48).

A pesquisa dos autores Da Silva; Lopes e Junior (2016, p. 49) adverte para a relação direta entre a escolaridade e o nível de desenvolvimento humano e de renda média per capita. Em contrapartida o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) indica que “quanto mais pobre, menor é o desempenho e, quanto menor o desempenho mais eles continuam pobres”. Por fim, a pesquisa mostrou que a educação de qualidade é essencial na criação de soluções a problemas tendo em vista o desenvolvimento de maneira a sustentar o processo num caráter contínuo.

No âmbito da escolaridade, quando existe influência da educação de ensino superior sobre a comunidade a que se insere, em uma relação orgânica e dinâmica, poderá agregar ainda mais efeitos transformadores socioeconômicos locais.

Os autores Da Silva; Lopes e Junior (2016), que mencionam a universidade como propulsora de inovação, reafirmam o seu desempenho social para atingir o desenvolvimento local econômico, social e ambiental. Portanto, a educação é meio para formação de conhecimento, estímulo à geração de opiniões, criação de valor do ser humano.

Em vista disso, a partir do capital humano em espaços em que a interpessoalidade é concebida na busca para desenvolvimento para a coletividade é que se constrói o capital social.

2.2.1 Capital Humano e Capital Social

O capital humano, traz em si o enfoque do indivíduo, suas habilidades e conhecimentos dentro de um grupo de características atribuídas à pessoa, mas também relacionados ao indivíduo e ao seu processo de aprendizagem.

Pensar o desenvolvimento local requer estruturar as atividades por meio de redes sociais e cooperativismo e, para isso, conta com, além do esforço do capital humano e financeiro, a participação do capital social.

O capital social, por sua vez, é “resultado de teorias econômicas (de cunho institucionalista) e sociológicas, o que o reveste de um caráter multidimensional (micro, meso e macroeconômico) e multiforme (civil, governamental, estrutural e cultural)” (MULS, 2008, p. 7).

Dentre as classificações do conceito de capital social, estão a de ser:

- estrutural, pois advém de organizações e estruturas sociais, podendo ser contabilizado a partir de indicadores; e
- cognitivo, visto que tem efeito a partir de emoções (KRONEMBERGER, 2011).

A autora traz de forma representativa o Quadro 2 contendo conceitos encontrados na literatura sobre o tema.

Quadro 2 – Definições de capital social presentes na literatura técnica.

Definições de capital social	Autores
Redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e cooperação mutuamente benéfica.	Putnam (1993)
O conjunto de valores compartilhados, cultura, capacidades para atuar sinergicamente e gere redes e concertações em uma sociedade.	Kliksberg (1998)
"Normas ou valores compartilhados que promovem a cooperação social."	Fukuyama (2003, p. 37)
"Conjunto de relações sociais caracterizadas por atitudes de confiança e comportamentos de cooperação e reciprocidade."	Ocampo (2003, p. 26)
"Capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos [...]. É a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum."	Araújo (2003, p. 10)
Acumulação de vínculos associativos construídos entre os membros de uma sociedade.	Miranda Abaunza (2003)
"Inter-relações realizadas pelos atores locais em redes formais ou informais em um dado lugar, com base em uma confiança recíproca."	Martinelli e Joyal (2004, p. 88)
"Conjunto de instituições, relações e normas que conformam a qualidade e quantidade das interações sociais."	World Bank (2006)

Fonte: Kronemberger (2011, p. 46).

Observa-se que o capital social é representado por características que o diferenciam do capital humano, vindo a retratar níveis de complexidade mais elevados de participação/ envolvimento social dentro da tríade Estado, empresa e sociedade civil.

A referida abordagem sobre o capital social, que ainda se trata de conceito em construção, tem natureza multidimensional em virtude dos diversos campos e sistemas que o envolvem. Esse capital ainda tem como componentes os valores éticos, o exercício cívico, a reciprocidade, a consciência e o senso de responsabilização.

Isso posto, deve-se ponderar a existência de diversos atores e instituições, podendo ser formais ou informais, que são identificados como agentes intermediários na posição entre o Estado e o mercado (MULS, 2008).

Kronemberger (2011) denota as seguintes dimensões presentes no capital social:

- grupos e redes, como a capacidade de organização social para participar de maneira efetiva na política local;
- confiança e solidariedade interpessoal e nos demais setores;
- ação coletiva e cooperação – “engajamento comunitário” –;
- informação e comunicação, como transparência nas informações, bem como ao seu acesso;
- coesão e inclusão, como senso de justiça;
- empowerment e ação política – senso de responsabilidade e consciência pessoal.

Para a autora, o efeito positivo que o capital social exerce sobre uma comunidade é proporcionado pela criação de sinergias interpessoais que, como consequência, geram a utilização da criatividade para solucionar problemas, reduzir riscos à coletividade e, sobretudo, reduzir as desigualdades sociais.

O autor Muls (2008, p. 13) aponta que a aferição da densidade do capital social em uma localidade é feita pela “quantidade de redes duráveis e coesas de relações econômicas, sociais e institucionalizadas através das formas intermediárias de coordenação”.

O tema ganha importância quando se discute políticas públicas para a sociedade civil e também para empresas, formando a tríade institucional que envolve o desenvolvimento local.

Não obstante, não se pode certificar a relação de dependência entre capital social e o desenvolvimento local, podendo ser verificado em um território um elevado desenvolvimento mesmo sem a presença de capital social (KRONEMBERGER, 2011).

Os autores Marín-González et. al. (2021) descrevem a relação entre as redes intersetoriais de conhecimento para o desenvolvimento local sustentável, e apontam que a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade³ quando fortalecidas e baseadas em confiança reforçam o capital social em três dimensões:

- capital estrutural, que reestabelece as redes, permitindo a troca recíproca de conteúdos interna e externamente;

³ A interdisciplinaridade leva em consideração o diálogo entre duas ou mais disciplinas, a partir de algo que é comum entre elas, considerando o conhecimento como um todo, e não como partes fragmentadas. A transdisciplinaridade trata da unidade do conhecimento, ao relacionar elementos que se verificam entre e para além das disciplinas, buscando o entendimento da complexidade do mundo real.

- capital relacional, em que a informação transita pelos setores;
- capital cognitivo, que advém do conhecimento dos processos de desenvolvimento local sustentável.

Assim, as redes intersetoriais de conhecimento para o desenvolvimento local promovem a qualidade da vida comunitária.

Ressalta -se o desafio quando a questão é vista sob o ângulo brasileiro:

O problema em contextos do Terceiro Mundo, segundo o mesmo autor, não é a ausência de capital social no nível micro (comunidades locais), mas transformar (scaling up) os laços pessoais e comunitários em formas institucionais e organizacionais mais abrangentes, que facilitam uma boa governança e possam de fato ter uma escala econômica e política que favoreça o desenvolvimento. Para serem efetivos politicamente, tais arranjos devem ter um escopo regional, enfatizando as particularidades de um determinado contexto social e realçando os interesses comuns entre comunidades vizinhas. O papel do Estado ou dos agentes públicos é o de dar suporte a esta transformação das redes locais interpessoais em formas organizacionais mais abrangentes e desenvolvidas (scaled-up organizations) (MULS, 2008, p. 17).

Contudo, compreender o capital social em seu exercício passa por compreender em maior amplitude e com mais objetividade a conceituação de desenvolvimento local. Por isso, essa temática tem grande importância nas discussões atuais, sendo meio facilitador do processo de definição e implementação da participação em cooperação em redes sociais.

A fim de identificar fatores determinantes do capital social no Brasil, com base em indicadores de confiabilidade e participação em organizações e/ou associações em estudos extraídos do banco de dados da World Values Survey (WVS)⁴, os autores Ribeiro, Boto e de Oliveira Mayorga (2020) realizaram uma pesquisa.

O método utilizado analisou variáveis inerentes ao capital social com base em técnica de análise multivariada, juntamente com o uso do modelo econométrico a fim de estimar valores por meio de equações lineares.

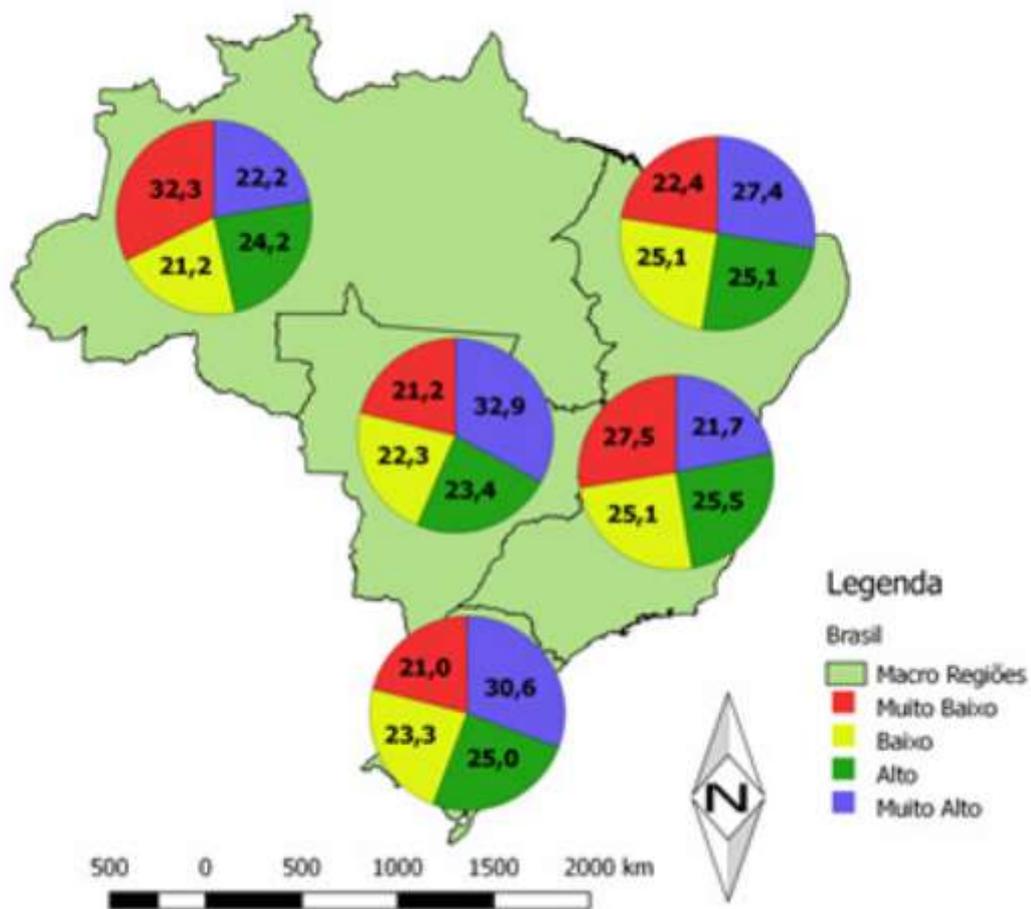
Narayan e Cassidy (2001 apud RIBEIRO; BOTO; DE OLIVEIRA MAYORGA, 2020) mencionam essa pesquisa, objetivando apresentar as diferenças entre determinantes, resultados oriundos do capital social, obtendo como conclusão que o fator gerador do capital social é o engajamento político, o empoderamento social, e a solidariedade em nível de comunidade.

⁴ Word Values Survey é um programa de pesquisa internacional cujo objetivo é o estudo científico e acadêmico dos valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais das pessoas no mundo. O objetivo do projeto é avaliar que impacto a estabilidade ou mudança ao longo do tempo tem no desenvolvimento social, político e econômico de países e sociedades (WVS, 2022).

Ademais, há um reforço da afirmativa de que a educação é elemento diferenciador para elevação de capital social.

O estudo sobre os níveis de capital social regional pelo Brasil, em 2014, destacou as regiões Norte e Sudeste pelo baixo índice de engajamento social e confiabilidade entre as pessoas (RIBEIRO; BOTO; DE OLIVEIRA MAYORGA, 2020). Na Figura 8, é possível avaliar os percentuais de capital social nas regiões brasileiras distribuídos entre muito baixo a muito alto.

Figura 8 – Distribuição dos níveis de capital social por região brasileira (em %).



Fonte: Ribeiro, Boto e de Oliveira Mayorga (2020, p. 809).

Outra avaliação dessa relevante pesquisa foi a retratada pela ideia de que o capital social "pode provocar aumento na renda, logo, por causalidade reversa, é de se esperar que o contrário também ocorra" (RIBEIRO; BOTO; DE OLIVEIRA MAYORGA, 2020). Por fim, como resultado para ganho de capital social no país, a pesquisa evidenciou o reforço às políticas públicas voltadas à expansão e à qualidade do ensino.

2.3 O Prouni e a sua Relação com o Desenvolvimento Local

De acordo com o que foi visto anteriormente, a educação, em especial a superior, tem relação direta a longo prazo para o desenvolvimento local. Isso porque, permite:

- o empoderamento do cidadão por meio do conhecimento;
- a visão do todo com consciência, e
- a conscientização e a responsabilidade.

Observa-se, no estudo de Jover e González (2023) sobre o desenvolvimento local em Cuba na perspectiva do ensino superior, que há necessidade de melhoria do ensino em quantidade e qualidade para se enfrentar os desafios das localidades em suas complexidades.

Os autores analisam que o protagonismo dos municípios e a articulação entre governo e universidades são o segredo para o desenvolvimento local. Essa compreensão gera a mobilização e possibilita melhores condições para o ingresso no mercado de trabalho, viabilizando a mudança de situação econômica e social e refletindo impactos em cadeia.

A missão historicamente instituída para a Educação Superior, e, mais especificamente, para as universidades, é a produção e repasse de conhecimento. Entretanto, na Europa, no Século XIX, a relação entre universidade e o conjunto social que a insere se entrelaçaram, de maneira a utilizar o conhecimento adquirido para agregar com o progresso e qualidade de vida por meio da aplicação prática em ambientes locais (MACÍAS; GARCIA, 2021).

Conforme apresentam os autores, o resultado para que se obtenha esse vínculo entre educação superior e o desenvolvimento local é a participação cidadã, em meio à gestão de projetos de pesquisa e extensão com questões sociais, econômicas, ambientais e políticas. A convergência de atuação entre a educação e as pessoas da localidade, considerando as características endógenas e comunitárias, em um processo proativo, flexível e dinâmico de aprendizagem, eleva a atividade para o desenvolvimento local.

Para tanto, o ponto chave para essa interação está em projetos participativos entre a comunidade com vistas ao desenvolvimento econômico em respeito às condições locais de sustentabilidade, com uso responsável das potencialidades locais em benefício da qualidade de vida da população em um exercício de alcance da democracia participativa (MACÍAS; GARCIA, 2021).

Mello Filho (2023) realizou estudo com egressos do Prouni, analisando os reflexos do programa em suas vidas e das pessoas do seu convívio social sob as categorias: história de vida, instituição, política e impactos.

Dentre os resultados encontrados, nota-se a possibilidade de acesso àqueles estudantes que sem o programa não teriam a chance de cursar o ensino superior e serem os primeiros dentre seus familiares a concluir a graduação, inspirando, desse modo, outras pessoas a essa formação.

3 METODOLOGIA

Os objetivos – geral e específicos – proporcionam a diretriz para a produção da pesquisa. Dentre a escolha dos métodos e percursos visando aos objetivos, o estudo de caso sobre o Prouni caracteriza a pesquisa, que utiliza a entrevista semiestruturada para coleta de dados e a análise de conteúdo para tratamento das informações colhidas.

3.1 Tipificação da Pesquisa

Para Pádua (2018), todo ato de pesquisa traz uma intenção: a produção de conhecimentos que possibilitem a compreensão e a transformação da realidade.

É, portanto, a partir da intencionalidade de aprofundar a pesquisa sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni) que se pretende compreender os efeitos trazidos pelo programa, amplamente difundido na atualidade, e sua relação com o desenvolvimento local.

Ainda, de acordo com o autor:

[...] é no âmbito da epistemologia que poderemos trabalhar as questões da teoria do conhecimento – relação sujeito-objeto no processo do conhecimento –, da objetividade e da neutralidade da ciência, bem como do método, enfim, as características da produção do conhecimento nas diferentes áreas do saber (PÁDUA, 2018, p. 32).

Esta pesquisa representa uma tentativa de compreender as implicações do Prouni em torno do desenvolvimento local, concentrando-se na seguinte questão central:

- quais as contribuições do Prouni para a constituição do desenvolvimento local a partir da perspectiva do beneficiário no contexto do Distrito Federal?

Essa questão geral desdobrou-se em outras questões específicas:

- quais são os objetivos, regras, normativos, metas e atores envolvidos no Prouni?
- qual a relação da situação de egressos que concluíram a graduação por meio de bolsa Prouni em instituições de ensino superior do Distrito Federal à possíveis mudanças das suas condições socioeconômicas?
- qual a possibilidade de o Prouni contribuir para a constituição do desenvolvimento local do Distrito Federal?

Portanto, verifica-se a adequação quanto à abordagem qualitativa da pesquisa, tendo como base o ensinamento de Pádua (2018), pois a abordagem reforça as especificidades das questões sociais em meio ao fenômeno de transformação construído em conjunto com o programa estudado.

No que diz respeito à classificação segundo seus propósitos mais gerais, trata-se de pesquisa exploratória, tendo em vista a busca por maior aproximação com a temática do programa e suas consequências.

Em vista do proposto, realiza-se estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e utiliza-se os tipos bibliográficos, documental e estudo de caso aos procedimentos da pesquisa.

3.2 Método de Pesquisa: Estudo de Caso

Esse trabalho utiliza como método o estudo de caso sobre o Prouni e tem sob o enfoque a análise do desenvolvimento local.

O estudo de caso pode ter como objeto de pesquisa pessoas em sua individualidade ou na interação dentro da coletividade em toda sua amplitude, sendo assim um estudo sob organização, evento, programa ou mesmo um estudo sob cultura. De toda forma, não se trata de generalizar o fenômeno analisado, mas de explicá-lo (GIL, 2021).

Dessa maneira, a partir da reunião detalhada de informações, busca-se a apreensão da situação estudada com a descrição da complexidade do fato (MARCONI; LAKATOS, 2022).

Tendo por base o objetivo geral de analisar as contribuições do Prouni para a constituição do desenvolvimento local a partir da perspectiva do beneficiário no contexto do Distrito Federal, o estudo de caso permite a compreensão da complexidade de fenômenos sociais.

Portanto, esse método de pesquisa guarda coerência com o aprofundamento da identificação do programa sobre aspectos do desenvolvimento social.

3.3 O Contexto Estudado: Distrito Federal

O ambiente de pesquisa escolhido foi o Distrito Federal (DF) pela facilidade de acesso da pesquisadora à região e familiaridade com a localidade.

Conforme o site do Governo do Distrito Federal (GDF, 2023), Brasília foi construída na região central, exemplificado pela Figura 9, e foi inaugurada em 21 de abril de 1960, com o objetivo de ser a capital do país.

Sob projeto urbanístico de Lúcio Costa e arquitetônico de Oscar Niemeyer foi criada às margens do Lago Paranoá, retratada de forma planejada, simples e inovadora contendo a divisão por meio de linhas, entre as quais o Eixo Monumental onde se localizariam os prédios públicos e o Eixo Rodoviário, que daria acesso as áreas residenciais.

Figura 9 – Marco Zero e Esplanada dos Ministérios em 30/09/1958.



Fonte: GDF (2022).

Em 1987, devido aos monumentos que agregam os espaços verdes a traços modernos, Brasília recebe o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela Unesco, que a considera um bem cultural, o único bem contemporâneo a receber esse título. O mapa do DF pode ser visualizado pela Figura 10.

Capital da República Federativa do Brasil, Brasília é a sede do Governo do Distrito Federal, e o DF é composto por 35 Regiões Administrativas (RA) oficialmente constituídas como dependentes do Governo do Distrito Federal. Cada uma tem outras mil faces e reproduzem a essência da diversidade brasiliense. São elas:

- RA I Plano Piloto
- RA II Gama
- RA III Taguatinga
- RA IV Brazlândia
- RA V Sobradinho
- RA VI Planaltina
- RA VII Paranoá
- RA VIII Núcleo Bandeirante
- RA IX Ceilândia
- RA X Guará
- RA XI Cruzeiro
- RA XII Samambaia
- RA XIII Santa Maria

Conforme censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrada em 2022⁵, a população do DF é 2.817.068 pessoas, e possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,814, permanecendo na primeira posição no ranking em comparação com os demais estados do Brasil, mesmo com a queda do índice 0,824 no censo de 2010 (IBGE, 2022).

Na Tabela 1, dados do DF para a educação – ensino fundamental e médio – são comparados a partir dos dois censos mais recentes.

Tabela 1 – Panorama comparativo do DF na educação – ensino fundamental e médio.

Referência	Censo 2010	Censo 2022
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública)	6,1 [2019]	5,9 [2021]
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública)	4,6 [2019]	4,9 [2021]
Matrículas no ensino fundamental	373.032 matrículas [2020]	369.128 matrículas [2021]
Matrículas no ensino médio	111.860 matrículas [2020]	116.843 matrículas [2021]
Docentes no ensino fundamental	17.974 docentes [2020]	18.193 docentes [2021]
Docentes no ensino médio	5.606 docentes [2020]	5.912 docentes [2021]
Número de estabelecimentos de ensino fundamental	842 escolas [2020]	856 escolas [2021]
Número de estabelecimentos de ensino médio	245 escolas [2020]	256 escolas [2021]

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em dados do IBGE (2022) e IBGE (2023b).

⁵ O censo Demográfico no Brasil realizado pelo IBGE acontece uma vez a cada 10 anos. É uma pesquisa de levantamento de dados sobre características demográficas, sociais e econômicas de toda a população brasileira. Devido à pandemia do Coronavírus, o censo, que deveria acontecer em 2020, pois o anterior ocorreu em 2010, foi realizado em 2022 (POLITIZE!, 2022).

Na Tabela 2, a partir dos dois censos mais recentes, dados do DF relacionados a trabalho e rendimento são apresentados.

Tabela 2 – Panorama comparativo do DF no trabalho e rendimento.

Referência	Censo 2010	Censo 2022
Rendimento nominal mensal domiciliar per capita	2.513 R\$ [2021]	2.913 R\$ [2022]
Pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]	1.410 pessoas (x1000)	1.410 pessoas (x1000)
Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]	72,5 %	72,5 %
Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais	69,3 % [2021]	69,2 % [2022]
Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais	4.873 R\$ [2021]	4.889 R\$ [2022]
Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social	429.898 pessoas [2019]	399.968 pessoas [2021]

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em dados do IBGE (2022).

A economia do Distrito Federal é predominantemente do setor de serviços, correspondendo a 71% de toda a atividade econômica, com destaque para setores como a economia criativa (produções artísticas) e turismo – em expansão desde os anos 80, o DF recebe turistas para lazer, cultura e negócios (GDF, 2022).

3.4 Coleta de Dados

Para esse estudo, visando permitir uma visão corroborada de resultados sobre a análise da política pública de acesso ao ensino e sua relação com o desenvolvimento local prevê-se a realização de duas técnicas de coleta de dados. Dessa maneira, a pesquisa contará com as coletas diretas, a partir da realização de entrevistas, e indiretas, em que disporá da base de dados governamental e estudos já realizados.

Gil (2021) destaca que a entrevista como meio para a compreensão das pessoas, suas relações e interações é uma técnica de coleta de dados que apresenta diversas vantagens. Dentre elas, cita:

- a flexibilidade;
- se devidamente conduzida, a possibilidade de aprofundar as informações estudadas;

- permite a observação não verbal do entrevistado, que também pode agregar maiores informações; além de
- possibilitar adentrar na intimidade pessoal relacionada a crenças, valores e sentimentos.

Para tanto, como uso de fonte de evidência, as entrevistas se deram no formato semiestruturado, de modo que os entrevistados pudessem abordar questões relevantes sob a ótica de cada um dos agentes envolvidos com as instituições escolhidas: gestores e graduados bolsistas.

O roteiro da entrevista semiestruturada para gestores foi composto por 10 questões, conforme o apêndice A, acrescido da solicitação posterior dos dados do Prouni na IES. Para os egressos, o roteiro teve 14 questões e encontra-se descrito no apêndice B.

Ao final das entrevistas, deu-se espaço aos participantes para que, se houvesse interesse, as complementassem com reflexões acerca do tema.

3.4.1 Participantes do Estudo

Como unidades de análise, foram escolhidas três universidades e/ou faculdades, haja vista o universo existente com adesão ao Prouni e com diferentes propostas dentro da autonomia a que competem às Instituições de Ensino Superior (IES). Ademais, as unidades das faculdades convidadas a participarem da pesquisa estão distribuídas em diversas regiões administrativas.

Definidas as IES, foram realizadas entrevistas com dois grupos de atores envolvidos com o Prouni:

- o primeiro é o de ocupantes da posição de burocrata de rua, ou seja, o executor mais próximo da ponta na realidade da política pública; e
- o segundo são os concluintes que tenham sido bolsistas Prouni nas referidas IES.

Ainda sobre a escolha dos perfis, os entrevistados do grupo de gestores possuem o caráter de dar representatividade ao pensamento da gestão escolar sobre o programa em meio a dinâmica da vida social a que estão inseridos. Dessa maneira, enquadraram-se nesse perfil os coordenadores ou representantes do Prouni na IES de cada uma das três instituições, totalizando três entrevistados pertencentes ao primeiro grupo.

No que diz respeito aos egressos, buscou-se ouvir os reflexos da ação do Prouni diretamente nos beneficiários. Para tanto, foram convidados a participar das entrevistas quatro graduados bolsistas de cada uma das instituições propostas, totalizando doze pessoas. Ressalta-se que não houve distinção entre o benefício de bolsa integral ou parcial nesta etapa.

O critério de seleção do grupo dos graduados partiu do primeiro entrevistado, mantendo-se a área temática da saúde em todas as três instituições selecionadas.

Para ter acesso aos egressos, a pesquisa fez uso da técnica de bola de neve, ou *snowball*, como é conhecida. A estratégia consiste no emprego de redes de referência e sugestões para se chegar a um novo entrevistado, tendo uma pessoa indicando o próximo a ser convidado a participar da pesquisa (BOCKORNI; GOMES, 2021).

O uso da técnica foi diferencial para se chegar a potenciais participantes da pesquisa, além de contribuir para a manutenção do campo temático trilhado. O intermediário inicial foi o gestor de cada uma das IES que indicou um egresso a ser entrevistado, e assim sucessivamente, até atingir a população estimada em cada unidade escolar.

No que diz respeito à limitação do *snowball*, há possibilidade de se ter situações similares entre os entrevistados por pertencerem ao mesmo círculo social incorrendo em menor diversificação da amostra. A busca por sementes diversas em diferentes redes sociais é apresentada como solução para a questão (BOCKORNI; GOMES, 2021).

Para esse momento da pesquisa, os dois grupos foram convidados por meio de correio eletrônico e/ou aplicativos de mensagens instantâneas, em que se procurou apresentar informações gerais da pesquisa, inclusive riscos e benefícios, e esclarecimentos requisitados pelo Comitê de ética em pesquisa nos termos da Resolução nº 510/2016.

Se, em qualquer momento do processo dessa pesquisa, algum participante retirasse seu consentimento em realizar a entrevista, inclusive durante ou logo posteriormente à realização da etapa, as informações prestadas seriam desconsideradas por completo, sem prejuízo ao participante desistente e com continuidade na busca por novos participantes interessados em contribuir com o levantamento de informações.

Esse fato foi informado aos entrevistados nos primeiros contatos, assim como, foi dado destaque sobre a garantia de sigilo da entrevista, preservando sua imagem, som e quaisquer outras informações de caráter pessoal.

3.4.2 Critérios de Inclusão e Exclusão da Entrevista

Dentre o grupo de coordenadores ou representantes do Prouni na IES, buscou-se os gestores que possuíssem relação com os bolsistas e que conhecem os procedimentos relativos ao programa nas instituições.

Já quanto aos concluintes, o pertencimento à mesma área temática curricular foi pressuposto para iniciar as tratativas com os potenciais entrevistados, além de o fato de ter sido bolsista presencial nas instituições.

A modalidade presencial é justificada devido ao foco dado a pesquisa e ao convívio no núcleo escolar apresentado pelas instituições de ensino ao possibilitar o reforço no senso de pertencimento social vivenciado na graduação.

Não fez parte do escopo dos perfis entrevistados aqueles discentes bolsistas, ou seja, com a graduação ainda em curso no período de realização da entrevista visto que se buscou estabelecer a relação entre pós-ensino superior e as possíveis mudanças das suas condições socioeconômicas que caminham na direção da constituição do desenvolvimento local.

Além desse perfil, também não foram entrevistados os graduados na modalidade EaD, tendo em vista a delimitação da pesquisa e essa busca pela compreensão do senso de pertencimento à comunidade propiciada pelo convívio escolar. Também não pertenceram ao escopo da pesquisa os egressos menores de 18 anos e incapazes.

3.4.3 Tratamento e Análise dos Dados Oriundos das Entrevistas

Cabe esclarecer que as entrevistas ocorreram por meio do Google MEET, sendo gravadas para melhor análise da pesquisadora. A concretização da entrevista ocorreu mediante a assinatura do termo de consentimento previsto em regulamentação.

Na fase de análise das informações produzidas pela entrevista, fez-se a transcrição integral das falas. Para converter o áudio em texto, utilizou-se a transcrição literal do que foi falado pelo entrevistado, inclusive as falas coloquiais.

A identificação da pesquisa do participante ocorreu a partir da seguinte codificação: LETRAMENTO DAS IES (A, B, C) + IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO (GESTOR OU EGRESSO) + N° (sequencial).

Tendo em vista que não se trata de análise sobre as instituições de ensino, mas sobre o benefício da bolsa, não houve a identificação da IES. Tal fato, possibilitou aos participantes maior liberdade em se expressarem sobre as perguntas realizadas, sem medo de represálias ou timidez. Ressalta-se que foi assinado termo de autorização para que a pesquisa acontecesse dentro das instituições e tivessem seus gestores entrevistados.

Obteve-se, portanto, um total de 15 (quinze) pessoas entrevistadas, dentre os quais 3 (três) gestores das unidades de ensino localizadas no Plano Piloto, Taguatinga e Gama, além de

12 (doze) graduados bolsistas da modalidade presencial, distribuídos entre os cursos da área de saúde, distribuídos em: psicologia, medicina, enfermagem e fisioterapia.

3.5 Análise de Conteúdo Como Técnica para a Análise de Dados

A posse dos dados levantados implica em sua análise para que se reflita sobre a teoria na busca por resultados que corroborem ou mesmo destoem dos preceitos teóricos. Para essa pesquisa, o método de análise de conteúdo foi indicado tendo em vista a relação de afinidade com pesquisas qualitativas e a contribuição que traz a pesquisas de cujas interações sociais detém o foco de análise.

Dentre os objetivos da técnica, tem-se a imersão na comunicação disposta no sentido de apresentar o propósito da mensagem, confirmar ou construir esclarecimentos antes não compreendidos. A descrição é uma característica marcante e a inferência retrata a função da análise de conteúdo, sendo um método empírico que se pauta na interpretação (BARDIN, 2002).

A escolha pela análise de conteúdo visa responder ao segundo e terceiro objetivos específicos dessa pesquisa:

- relacionar a situação de egressos que concluíram a graduação por meio de bolsa Prouni em instituições de ensino superior do Distrito Federal à possíveis mudanças das suas condições socioeconômicas; e
- identificar se as contribuições do Prouni caminham na direção da constituição do desenvolvimento local do Distrito Federal.

Para Bardin (2002, p. 31) análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações.” A autora acrescenta as regras estabelecidas para as categorias de fragmentação da comunicação como sendo:

- homogeneidade, o estabelecimento de uma única diretriz de análise para a classificação;
- exaustividade, se o resultado das análises proporcionou abundância em inferências, hipóteses novas e dados exatos;
- exclusividade, como a limitação de um mesmo conteúdo não ser categorizado em mais de uma classificação;
- objetividade, faz menção à necessidade de se chegar aos resultados iguais mesmo com mudança de codificação; e
- adequação ou pertinência sobre a adequação de conteúdos e objetivos.

Esse método, que pode ser aplicado em diversos formatos de discursos ou de comunicação, permite a compreensão por detrás das mensagens.

Segundo Câmara (2013), o analista incide não apenas sobre a compreensão do sentido comunicativo normalmente ocorrido entre emissor e receptor, como também, há o empenho de enxergar o significado da mensagem que pode ser encontrada no meio advindo dela, ou estar em paralelo à mensagem normalmente transmitida.

Ainda, tem como propósito a descrição do conteúdo de maneira objetiva, sistemática, e, por vezes, quantitativa produzida pelo material, com base em dedução e inferência a fim de gerir dados cifrados e calculá-los em frequência em um processo de facilitação dessa interpretação do conteúdo (RODRIGUES, 2021).

Câmara (2013) relata que, como fases do estudo, a pesquisadora Bardin apresenta três momentos para a análise de conteúdo. Na fase de pré- análise, acontece a leitura inicial ou flutuante, correspondendo ao primeiro contato com os documentos. E, ainda:

- a escolha dos indicadores;
- definição de objetivos e hipóteses que servirão de base para que se alcance o resultado da interpretação das comunicações.

No momento de exploração do material, inicia-se a definição dos procedimentos de codificação, classificação e categorização para que sejam correlacionados.

No tratamento dos resultados, realiza-se a inferência e interpretação, tendo como pressuposto trazer significação e validade aos dados apresentados.

Assim, nesta pesquisa, após a transcrição das informações colhidas nas entrevistas, a exploração do material permitiu a categorização do conteúdo para a realização das fases de inferência e interpretação, buscando os vínculos relacionados com a fundamentação teórica.

3.6 Limitações da Pesquisa

A questão da pandemia de COVID-19, infecção respiratória provocada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), foi fator limitador à pesquisa, dada a restrição ao acesso a informações, pessoas e locais.

Importa mencionar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou no dia 11 de março de 2020 a situação de pandemia devida a alta transmissibilidade, propagação do vírus mundialmente e altos índices de fatalidade, situação que provocou a diminuição de circulação de pessoas durante cerca de dois anos.

A partir dessa situação, verifica-se como outro fator limitador, advindo da restrição de circulação das pessoas, o acesso às pessoas selecionadas para a pesquisa, sejam os gestores nas IES, sejam os egressos indicados para entrevista.

Além disso, registra-se um movimento de mudanças na modalidade de ofertas da educação superior, passando a se ter um aumento expressivo no número de vagas ofertadas dos cursos presenciais para os cursos à distância (EaD), em um movimento já presente nos cinco anos anteriores, que foi consolidado com o agravamento da situação pandêmica.

Essa alternância da modalidade gera consequências ainda desconhecidas em relação ao objeto de estudo, porque o aumento no número de oferta da modalidade EaD possibilita a perda do contato do estudante vivendo, discutindo e refletindo em meio a comunidades, e em decorrência disso, pode prejudicar o desenvolvimento de projetos que possam contribuir com a localidade em que se insere.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Prouni desempenha um papel importante na redução das desigualdades educacionais no país, permitindo que estudantes de diferentes origens sociais tenham oportunidades semelhantes para cursar o ensino superior, independentemente da capacidade de pagar mensalidades. A democratização do conhecimento e da educação promove a disseminação do aprendizado e do conhecimento com efeitos sociais e econômicos para o empoderamento do capital humano, tornando favorável ao desenvolvimento local.

4.1 Prouni: objetivos, regras, normativos, metas e atores envolvidos

Conforme visto anteriormente, o Programa Universidade para Todos (Prouni) é uma política pública afirmativa de inclusão ao ensino superior para brasileiros de baixa renda. A criação do programa em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, ocorreu em meio a um movimento de expansão e desenvolvimento do ensino superior tanto no setor público como no setor privado.

O programa tem como finalidade conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, especificamente não diplomados que tenham renda per capita familiar de até três salários mínimos, em instituições privadas de educação superior.

Desse modo, o Prouni busca ampliar o acesso à educação para aqueles que não alcançaram as vagas concorridas nas universidades públicas, bem como, não dispõem de condições para ingressar e permanecer em faculdades privadas, universo, até então, elitizado e acessível apenas àqueles com disponibilidade de investir recursos financeiros nos estudos do ensino superior.

Para ser beneficiado com uma bolsa Prouni, o estudante precisa ser pré-selecionado por meio dos resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), apresentando, no mínimo, 450 pontos na média das notas e nota na redação diferente de zero.

Assim, em período especificado em edital da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC), o candidato pode se inscrever em até duas opções de uma Instituição de Ensino Superior (IES), curso e turno dentre as bolsas disponíveis, de acordo com seu perfil e sua ordem de preferência (TEIXEIRA, 2015).

De acordo com a Lei nº 11.096 de 2005, para concorrer às bolsas integrais deverá se enquadrar nos critérios de brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário mínimo e 1/2 (meio). E,

para inscrição no processo seletivo das bolsas parciais de 50%, o pré-requisito difere apenas sobre a renda familiar mensal per capita: que não exceda o valor de até 3 (três) salários mínimos (BRASIL, 2005).

Ainda, para obter uma bolsa Prouni, os candidatos precisavam preencher os seguintes critérios:

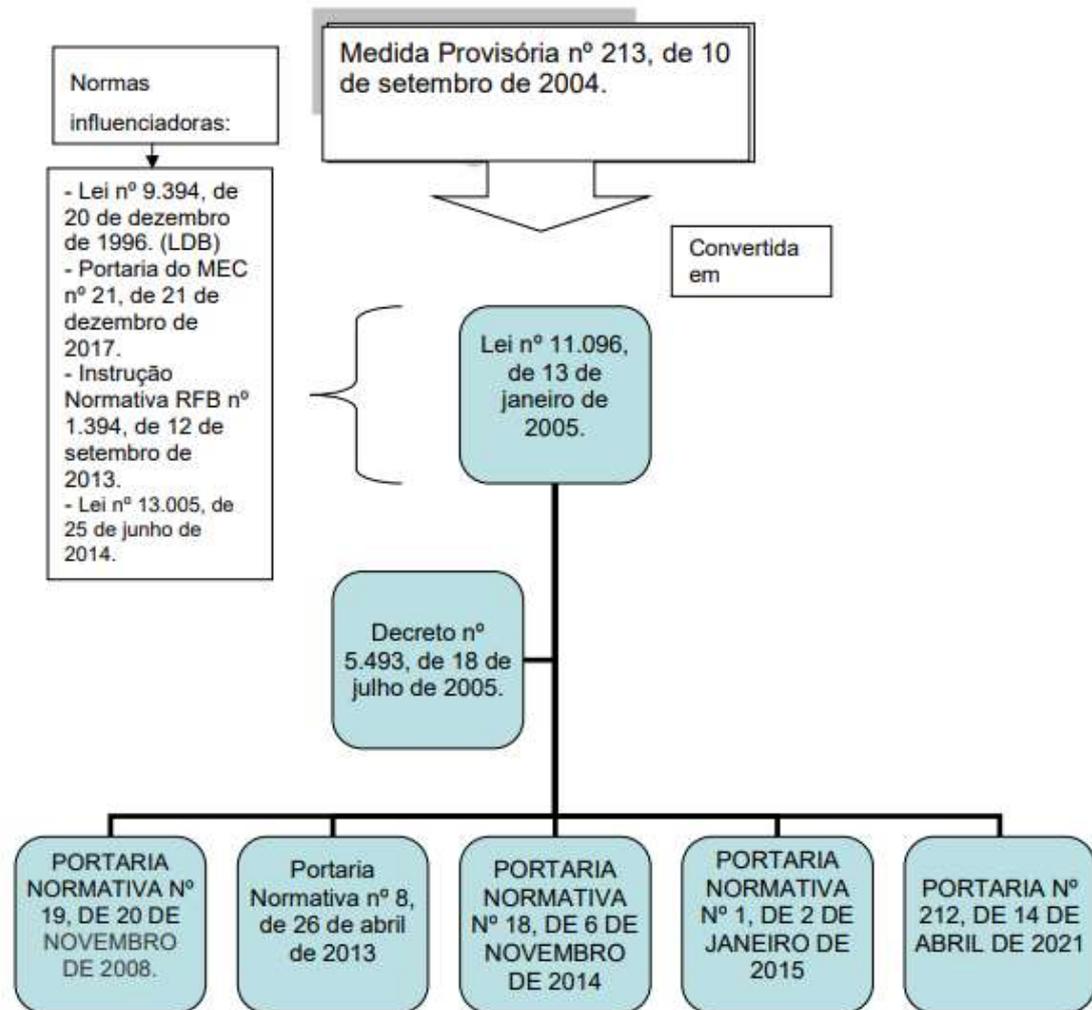
- a) Ser brasileiro;
- b) Não possuir diploma de curso superior;
- c.1) Ser estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; ou
- c.2) Ser estudante portador de deficiência, nos termos da lei; ou
- c.3) Ser professor da rede pública de ensino, em efetivo exercício em sala de aula da educação básica; o critério renda não se aplicará aos professores que optarem pelos cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica;
- d) Possuir renda familiar per capita de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio) para bolsa integral e de até 3 (três) salários-mínimos para a bolsa parcial;
- e) Ter alcançado a nota mínima de 450 pontos na média das cinco notas (ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias e redação) no último ENEM e não ter zerado a nota de Redação; f) Ter sido classificado em processo seletivo próprio da instituição, quando for o caso (BRASIL, 2015b, p.19).⁶

Segundo Teixeira (2015), acrescenta-se, para além da orientação quanto à renda, a opção de concorrer às vagas destinadas às políticas de ações afirmativas para negros, índios e pessoas com deficiência, passíveis de serem selecionados na inscrição de modo autodeclaratório, de acordo com o percentual apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado conforme a distribuição de cada estado.

Além da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, existem as Portarias Normativas e Normas que influenciam na execução da política, conforme o disposto na Figura 11.

⁶ Em maio de 2022, houve a edição das normas do Prouni que alterou significativamente a execução para os beneficiários. A novidade ampliou a participação para alunos oriundos de escolas particulares, em contraponto ao antigo pré-requisito ter concluído o ensino médio em escolas públicas ou privadas na condição de bolsista. Outra grande mudança foi a separação do cálculo para cotas com base o percentual de cidadãos em cada unidade federativa. Ressalta-se que apesar de a mudança ter ocorrido ao longo desta pesquisa acadêmica, não afetou a situação dos entrevistados, que concluíram seus estudos ainda sob a validade do contexto normativo anterior.

Figura 11 – Normativos Prouni.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para esclarecer o propósito dos textos legais que constituem o Prouni, pode-se consultar o Quadro 3.

Nesse bojo normativo que compõe o programa, infere-se a abordagem específica para cada grande área descrita nas Portaria Normativas do MEC, assim definidas:

- a adesão de mantenedoras;
- os processos seletivos; e
- a ocupação de bolsas remanescentes e os processos de supervisão.

Acrescenta-se a Instrução Normativa da RFB nº 1.394, de 2013, que trata sobre a isenção tributária concedida às instituições de ensino que aderiram ao programa, bem como suas alterações.

Quadro 3 – Descrição dos normativos do Prouni.

Norma	Descrição
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001	Aprova o Plano Nacional de Educação, com duração de dez anos, e dá outras providências.
Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005	Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.
Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005	Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.
Portaria Normativa nº 19, de 20 de novembro de 2008	Dispõe sobre procedimentos de manutenção de bolsas do Programa Universidade para Todos – Prouni pelas Instituições de Ensino Superior participantes do programa.
Portaria Normativa nº 8, de 26 de abril de 2013	Dispõe sobre procedimentos de supervisão dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - Prouni.
Instrução Normativa RFB nº 1.394, de 12 de setembro de 2013⁷	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Renda e de contribuições aplicáveis às instituições que aderirem ao Programa Universidade para Todos – Prouni.
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024, e dá outras providências.
Portaria Normativa nº 18, de 6 de novembro de 2014	Dispõe sobre os procedimentos para a adesão de mantenedoras de Instituições de Educação Superior e a emissão de Termo Aditivo aos processos seletivos do Programa Universidade para Todos – Prouni.
Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2015	Regulamenta os processos seletivos do Programa Universidade para Todos – Prouni.
Portaria do MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017	Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC.
Portaria nº 212, de 14 de abril de 2021	Dispõe sobre a ocupação de bolsas remanescentes do Programa Universidade para Todos - Prouni. Revoga a PN nº 6, de 2014.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2015, regulamenta as três fases que compõem os processos seletivos do Prouni - chamada de processo regular (primeira e segunda

⁷ Alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1417, de 06 de dezembro de 2013/ Alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1476, de 01 de julho de 2014.

chamadas); a lista de espera; e o processo de ocupação de bolsas remanescentes -, conforme o que se segue.

Na primeira etapa do processo, chamada de processo regular (primeira e segunda chamadas), é feita a escolha da modalidade da bolsa, integral ou parcial, de acordo com a renda familiar per capita e demais adequações aos critérios do programa, contando com a nota e seleção de opções de instituições de ensino, cursos e turnos. Com base na nota do Enem, o sistema informatizado do Prouni faz a classificação dos candidatos dentro das opções definidas.

Posterior à fase de classificação no Prouni, o candidato deve comparecer na instituição de ensino para a entrega dos documentos a fim de que sejam averiguadas as informações prestadas de acordo com o informado na inscrição ao processo seletivo do programa.

Essa aferição será feita pela instituição de ensino por meio do coordenador do Prouni, representante da IES, e os documentos serão analisados quanto à autenticidade das informações, concluindo pela aprovação ou reprovação desse candidato.

Cerqueira (2019) ressalta que, no momento da entrega, poderão ser solicitados documentos diversos além dos inicialmente requeridos, caso o representante julgue adequado e necessário para comprovar os requisitos do programa.

O autor afirma ainda que a comprovação dos dados informados na ficha de inscrição é o ato que fornece ao programa transparência uma vez que sua finalidade é a concessão de bolsas ao público específico, ou seja, aqueles comprovadamente de baixa renda.

Na segunda etapa do processo seletivo do Prouni, a lista de espera, o candidato poderá manifestar interesse à concessão de bolsa integral ou parcial, que estará condicionada à existência de bolsas disponíveis e ao atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares.

Ressalta-se que, a Portaria Normativa nº 1, no seu art. 23, parágrafo único, dispõe:

Art. 23. O MEC disponibilizará a lista de espera do ProUni às instituições participantes com a classificação dos estudantes por curso e turno segundo suas notas obtidas no Enem.

Parágrafo único. A lista de espera do ProUni será única para cada curso e turno de cada local de oferta, independentemente da opção original dos estudantes pela concorrência às vagas destinadas à implementação de políticas de ações afirmativas ou à ampla concorrência. (BRASIL, 2015a)

A terceira e última etapa é o processo de ocupação de bolsas remanescentes, visa reduzir ao mínimo a ociosidade das vagas ofertadas.

As vagas remanescentes representam aquelas que não foram preenchidas no processo seletivo regular, podendo concorrer a elas os candidatos que participaram do Enem, desde a edição de 2010, e que tenham média de nota igual ou superior a 450 e nota superior a zero na redação.

Assim como no processo regular, o critério renda também se aplica além dos demais pressupostos, tais como gratuidade do ensino, ser pessoa com deficiência, ou docentes da rede pública de ensino concorrendo às bolsas exclusivas dos cursos de licenciatura (CERQUEIRA, 2019).

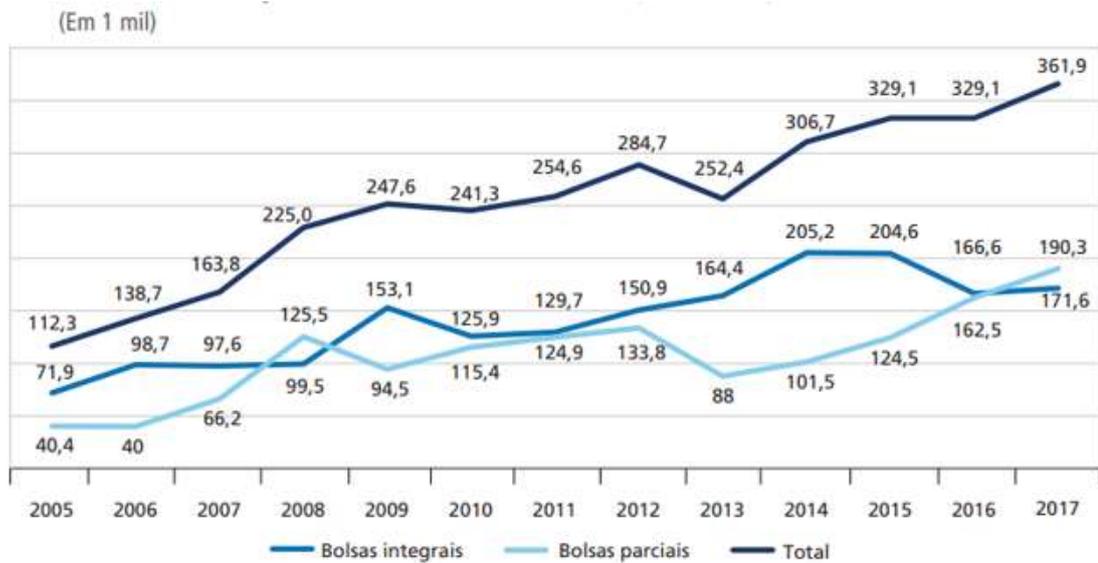
Além do exposto, cabe abordar aspectos que integram o Prouni de maneira a potencializar a efetividade do benefício tendo em vista que, além do ingresso dos estudantes nas instituições privadas, outras políticas públicas quando associadas ao programa propiciam sua permanência (CAMPOS; BENEDETTO; PINHEIRO JÚNIOR, 2019).

Entre essas políticas públicas há:

- o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) aos bolsistas parciais, que, assim, poderão custear as demais parcelas; e
- o Programa de Bolsa Permanência, cujo objetivo é facilitar a continuidade do curso por pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, concedendo uma quantia mensal para apoiar o aluno.

Ao estudar o Prouni, Campos, Benedetto e Pinheiro Júnior (2019, p.10) apontam a “aquisição de vagas ociosas nas universidades privadas” pelas bolsas integrais ou parciais ofertadas pelo programa como crescente desde a sua implementação, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Bolsas ofertadas por meio do Prouni a cada ano (2005-2017).



Fonte: Campos; Benedetto; Pinheiro Júnior (2019, p.14).

Importante questão a ser pontuada é a diferenciação entre a oferta das vagas e a ocupação de fato, com o preenchimento da vaga e a efetivação da matrícula. Na Tabela 3, é possível constatar, de 2005 a 2012, uma oscilação no percentual das vagas ociosas, com o seu máximo em 2008; e, a partir de 2013, o início de queda nesse quesito. Observa-se também que a quantidade de bolsas ofertadas alternou, mas, em geral, manteve um crescimento.

Tabela 3 – Número de bolsas ofertadas, número de bolsas concedidas e vagas ociosas,

	Número de Bolsas Ofertadas	Número de Bolsas Concedidas	Vagas Ociosas (%)
2005	112.275	95.629	14,83%
2006	138.668	109.025	21,38%
2007	163.854	105.574	35,57%
2008	225.005	124.621	44,61%
2009	247.643	161.369	34,84%
2010	241.273	152.733	36,70%
2011	254.598	170.766	32,93%
2012	284.622	176.764	37,90%
2013	252.374	177.326	29,74%
2014	306.726	223.598	27,10%

Fonte: Cerqueira (2019, p.44).

Por meio da Tabela 4, percebe-se que o maior percentual de bolsas ofertadas no perfil de renda de até 1,5 salário-mínimo, ou seja, bolsas integrais, está entre os anos de 2005 e 2017, com exceção dos anos de 2008 e 2017, em que se constata o quantitativo de 26 mil e 18,7 mil respectivamente a mais na concessão de bolsas parciais.

Tabela 4 – Bolsas ofertadas por meio do Prouni a cada ano (2005-2017).

(Em 1 mil)

	Bolsas integrais	Bolsas parciais	Total
2005	71,9	40,4	112,3
2006	98,7	40,0	138,7
2007	97,6	66,2	163,8
2008	99,5	125,5	225,0
2009	153,1	94,5	247,6
2010	125,9	115,4	241,3
2011	129,7	124,9	254,6
2012	150,9	133,8	284,7
2013	164,4	88,0	252,4
2014	205,2	101,5	306,7
2015	204,6	124,5	329,1
2016	166,6	162,5	329,1
2017	171,6	190,3	361,9
Total	1.839,7	1.407,5	3.247,2
Total (%)	56,7	43,3	100,0

Fonte: SisProuni/MEC.

Fonte: Campos; Benedetto; Pinheiro Júnior (2019, p.14).

Diante da expressividade quantitativa da concessão de bolsas por meio do Prouni, Cerqueira (2019, p. 42) apresentou o que:

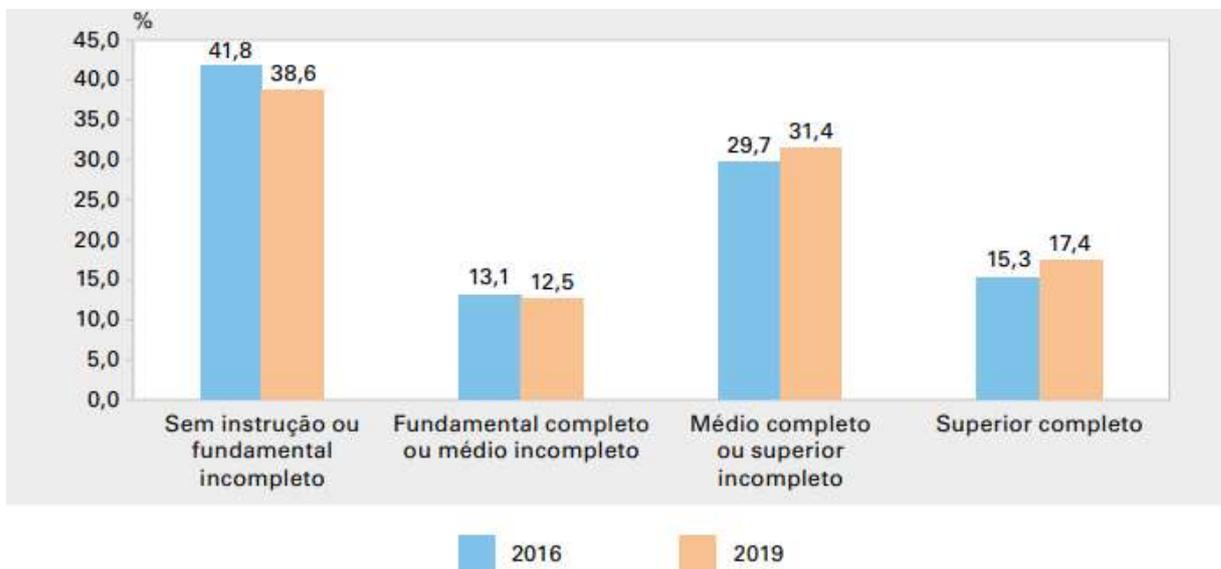
Desde sua implementação em 2005, o programa foi responsável pelo atendimento de mais de 2 milhões de alunos, sendo cerca de 70% desse montante através do fornecimento de bolsas integrais. Para Costa e Ferreira (2017), o Prouni gerou um aumento de matrículas no setor privado a uma média anual de 5,15% entre 2005 e 2015.

O autor analisa que, de 2005 a 2018, há o aumento significativo de 152% de bolsas efetivamente concedidas, o que eleva o patamar de importância da política pública quanto ao acesso ao ensino superior nas instituições privadas no Brasil.

Ainda, deve-se considerar que, ao proporcionar os meios de ingresso à educação, o Prouni tem impacto nos índices educacionais e, como consequência, a “escolaridade média da população de 25 anos ou mais aumentou de 2002 a 2012, passando de 6,1 anos para 7,6 anos de estudos completos” (IBGE, 2013 apud CERQUEIRA, 2019, p. 45).

O Gráfico 2 mostra o aumento nos índices em relação aos estudos da população de 25 anos ou mais, “com redução na proporção da população com nível de instrução inferior ao ensino médio, e crescimento dos grupos com ensino médio completo e ensino superior completo”, ao comparar dados de 2019 e 2016 apontados pelo IBGE (2020, p. 96).

Gráfico 2 – Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais segundo nível de instrução (2016 e 2019).



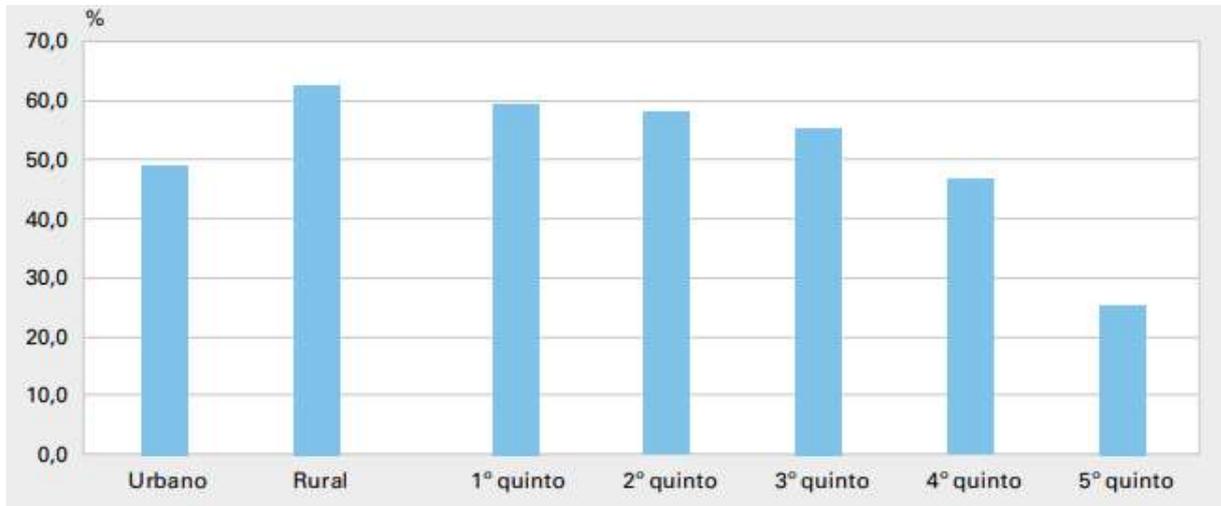
Fonte: IBGE (2020, p. 96).

Não obstante, ao considerar os altos índices de pessoas sem ingresso à educação faz-se necessário evidenciar a lacuna que ainda precisa ser preenchida.

Assim, o Gráfico 3 indica a proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não tinham concluído o ensino superior em 2019, segundo a situação do domicílio e os quintos populacionais de rendimento mensal domiciliar per capita⁸.

⁸ “Quintos populacionais de rendimento mensal domiciliar *per capita*: classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita*. O 1º quinto corresponde à classe até 20%, o 2º quinto à classe entre 20% e 40%, e assim por diante” (IBGE, 2020, p. 104).

Gráfico 3 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não tinham concluído o ensino superior, segundo a situação do domicílio e os quintos populacionais de rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil – 2019.



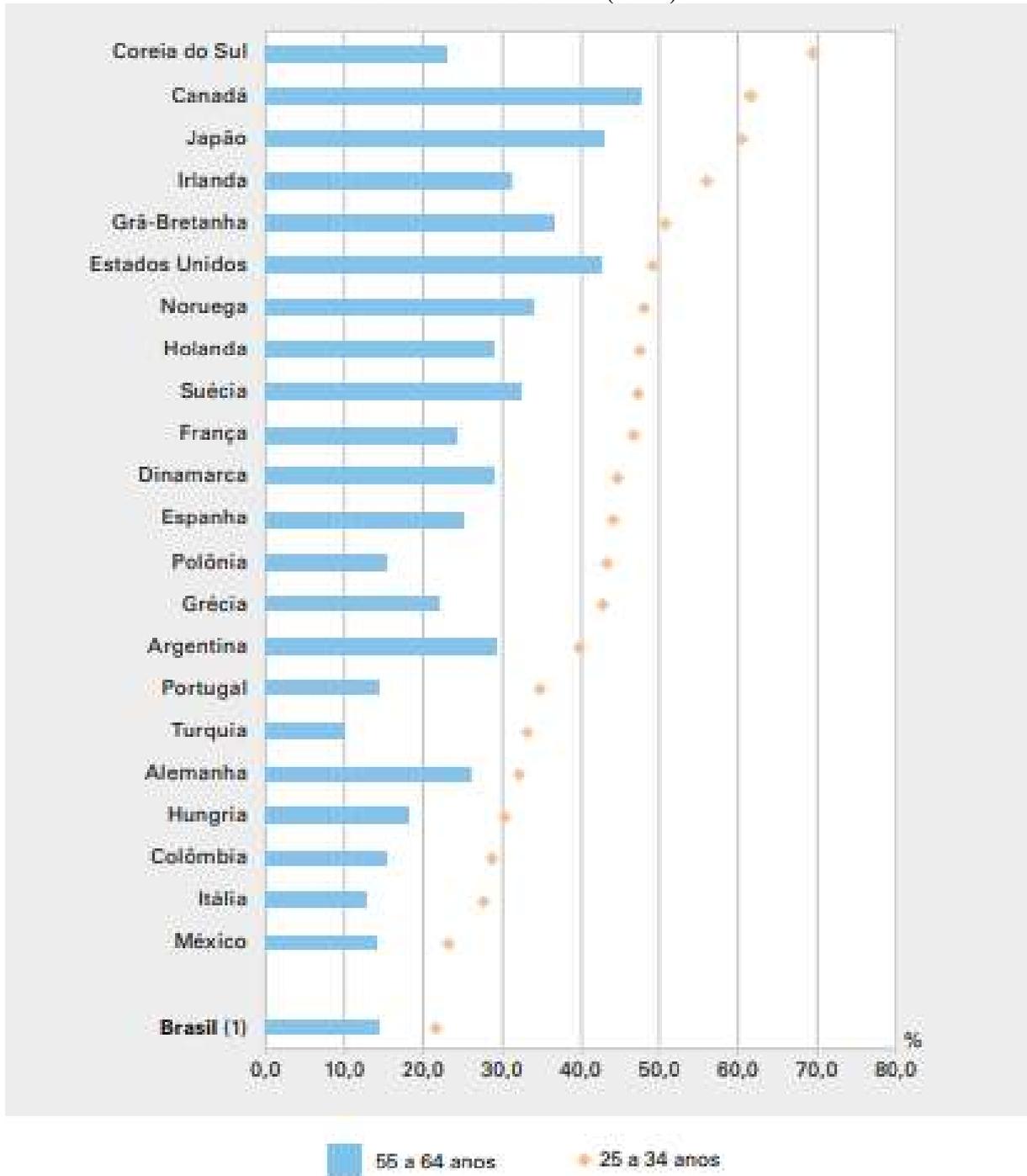
Fonte: IBGE (2020, p. 104).

A partir de estudos publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Gráfico 4 compara a proporção da população com nível superior completo, por grupos de idade selecionados – grupos de 25 a 34 anos, e de 55 a 64 anos de idade –, segundo os países membros ou associados à OCDE em 2018.

Por meio desse gráfico, ao se comparar os índices do Brasil a outros países, evidencia-se a diferença entre o status quo e o potencial a ser atingido pelo Brasil, alertando para a necessidade de se investir na ampliação, criação e reforço das políticas públicas educacionais.

O Gráfico 4 compara os índices de educação superior em diversos países a partir de estudos publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre a população separada em grupos de 25 a 34 anos, e de 55 a 64 anos de idade.

Gráfico 4 - Proporção da população com nível superior completo, segundo os países membros ou associados à OCDE (2018).



Fonte: IBGE (2020, p. 98).

Cabe mencionar que desde o início de 2020, a educação formal sofre o impacto da pandemia de Covid-19.

O número de bolsas de estudos para as classes C e D aumentou 93,62% no primeiro ano de pandemia e 66,71% no período de janeiro a setembro. No que se refere ao estoque de bolsas de ensino à distância de graduação, de 2019 para 2020, no primeiro semestre, houve aumento de 83,34%. De 2020 para 2021, o crescimento foi de 72,67% (TERRA EDUCAR, 2022).

Em 2021, a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) realizou um levantamento com Instituições de Ensino Superior, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de ensino técnico e cursos livres, visando avaliar o impacto da EaD no ensino presencial durante a pandemia em todo o território nacional. Dentre outros pontos, o estudo identificou um aumento de até 50% na quantidade de matrículas no ensino a distância na pandemia.

4.2 A Educação Superior Privada no Distrito Federal (DF)

A 11ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil⁹, publicação do Instituto Semesp (2021), indica que, em 2019, o Distrito Federal (DF) contabilizava 72 (setenta e duas) Instituições de Ensino Superior (IES) ofertantes de cursos presenciais e 66 (sessenta e seis) ofereciam cursos na modalidade EaD, para uma população de 2.817.068 habitantes.

Além disso, o mesmo Instituto apontou, conforme Tabela 5, que:

- 81,7% das matrículas totais (presencial e EaD) do DF estavam em instituições privadas; e
- em relação às modalidades, 75,3% das matrículas eram em cursos presenciais.

Tabela 5 – Dados gerais de matrículas no ensino superior.

Unidade Federativa	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
	Rede Privada	Rede Pública	Total	IES	Rede Privada	Rede Pública	Total	IES
Distrito Federal	128.010	40.971	168.981	72	55.473	-	55.473	66

* Cursos Presenciais – Rede Privada + Rede Pública: Matrículas em cursos presenciais – 2019. IES que oferecem cursos presenciais – 2019.

**Cursos EAD – Rede Privada + Rede Pública: Matrículas em cursos EAD – 2019. IES que oferecem cursos EAD – 2019.

Fonte: Instituto Semesp (2021).

⁹ “O Mapa do Ensino Superior no Brasil é uma publicação do Instituto Semesp, centro de inteligência analítica do Semesp, elaborado com base nos microdados do Censo da Educação Superior do Inep, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, microdados do Enem e do Prouni, Caged, Big Data Analytics, entre outros” (INSTITUTO SEMESP, 2021).

Os dados do DF em relação aos estudantes de ensino superior registram que as instituições privadas abarcam a grande maioria dos estudantes e observa-se que a procura por cursos presenciais continua sendo maior em relação aos cursos EaD, mesmo com o constante crescimento no número de matrículas nessa modalidade.

A relação entre ingressantes e concluintes contida na Tabela 6 aponta que:

- em 2018, 46,14% concluíram a graduação em instituições públicas, e 54,13%, na rede privada;
- em 2019, o percentual de conclusão foi de 46,47% na rede pública, e 49,47% na rede privada.

Portanto, há similaridade na relação de conclusões entre as redes no Distrito Federal, com um percentual maior de conclusão nas instituições de ensino superior privadas.

Tabela 6 – Evolução ingressantes x concluintes.



Fonte: Instituto Semesp (2021)

Ao se ampliar a análise das matrículas em cursos presenciais de ensino superior na rede privada, tem-se a especificação dos mais procurados ao longo do ano de 2019, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 – Registro dos cursos presenciais mais procurados na rede privada.

Curso	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
Direito	26.007	8.381	4.664
Enfermagem	11.005	4.223	1.769
Psicologia	7.262	2.940	1.011
Administração	6.741	2.742	1.439
Pedagogia	5.913	2.312	1.464
Engenharia civil	5.336	1.064	1.471
Educação física	4.612	1.866	878
Sistemas de informação	4.226	2.059	743
Fisioterapia	4.177	1.691	367
Contabilidade	4.082	1.446	738

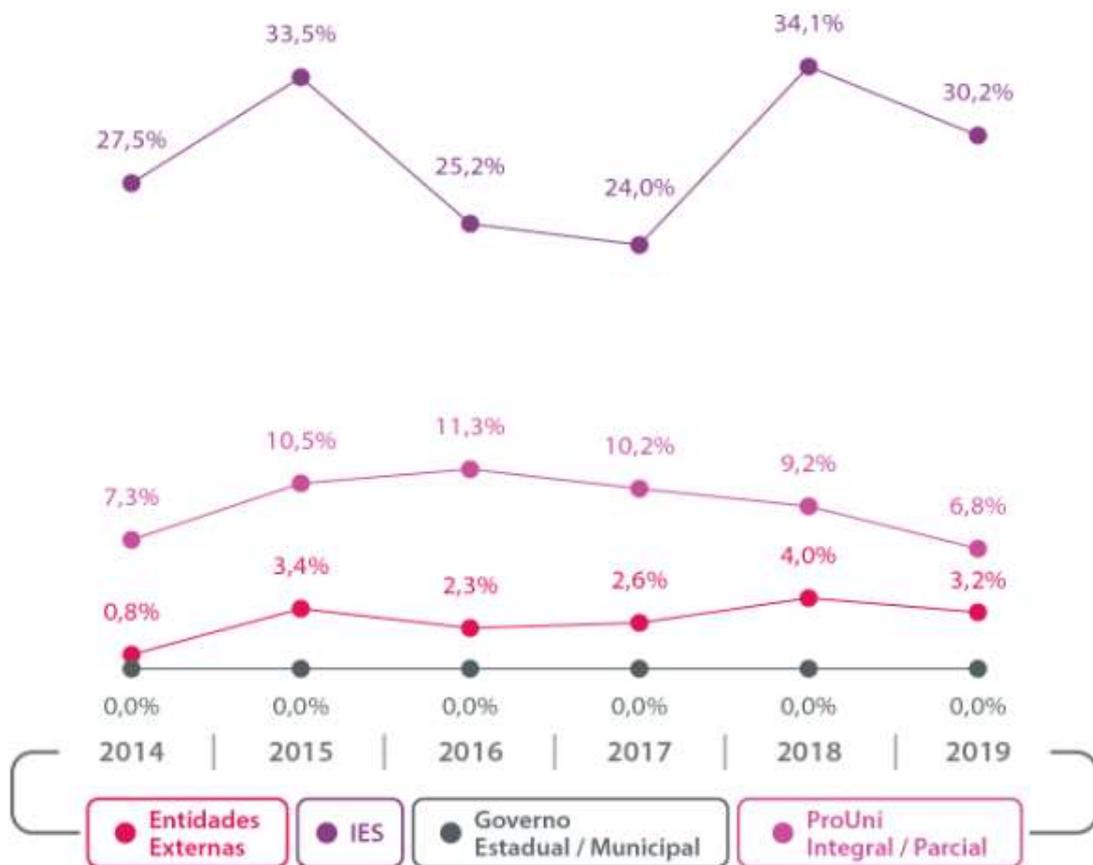
Gráfico de barras empilhadas mostrando a evolução de ingressantes e concluintes em cursos presenciais de 2015 a 2019, divididos por rede (Privada e Pública). O gráfico é dividido em duas seções: 'Ingressantes' à esquerda e 'Concluintes' à direita. Cada seção contém cinco barras empilhadas, uma para cada ano. As barras são coloridas em azul (Rede Privada) e rosa (Rede Pública). Um ícone de uma pessoa apontando para uma tela com gráficos está no centro do gráfico.

Fonte: Instituto Semesp (2021).

No quesito de bolsas concedidas, o Instituto Semesp (2021) avaliou os percentuais de estudantes com financiamentos não reembolsáveis.

O resultado aponta que as bolsas oriundas das próprias instituições de ensino superior representam a maioria das concedidas. Por sua vez, o Prouni teve uma redução nas concessões de bolsas nos últimos anos, mas permanece sendo o segundo que mais as concede, conforme registra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Percentual de ingressantes com financiamento não reembolsável.



Fonte: Instituto Semesp (2021).

A partir desse panorama – taxas elevadas de matrículas, percentuais de conclusão, cursos mais procurados, financiamentos não reembolsáveis –, a pesquisa foi desenvolvida com a inferência e interpretação do corpus selecionado para o estudo deste trabalho.

4.3 Análises Decorrentes das Entrevistas

Nesta pesquisa, foram entrevistadas 15 (quinze) pessoas, dentre as quais três gestores de Instituições de Ensino Superior (IES), localizadas no Distrito Federal (DF), com diferentes perfis e em diferentes regiões administrativas (RA) do DF:

- RA I Plano Piloto - Asa Sul
- RA II Gama; e
- RA III Taguatinga.

Os demais entrevistados foram egressos que concluíram a graduação por meio da bolsa Prouni, integral ou parcial. Por meio do efeito bola de neve, em que um entrevistado indicou o próximo, chegou-se ao perfil dos egressos participantes, havendo unanimidade na área temática da saúde, com média de 1 a 2 anos após a conclusão do curso.

Desse modo, obteve-se o perfil dos entrevistados, conforme o descrito no Quadro 4.

Quadro 4 – Perfil dos entrevistados.

Característica	Quantidade
Gestor da IES	3
Concluinte de Psicologia	4
Concluinte de Enfermagem	4
Concluinte de Medicina	2
Concluinte de Fisioterapia	2

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Importante registrar que, dos 10 (dez) cursos mais procurados no DF – conforme a Tabela 7: Direito, Enfermagem, Psicologia, Administração, Pedagogia, Engenharia Civil, Educação Física, Sistemas de Informação, Fisioterapia, Contabilidade – três foram incluídos na pesquisa.

Para manter o sigilo, fez-se a identificação dos entrevistados conforme o apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Identificação dos entrevistados.

Grupos	Instituição A	Instituição B	Instituição C
Gestor	A.G.1	B.G.1	C.G.1
Egresso	A.E.1	B.E.1	C.E.1
	A.E.2	B.E.2	C.E.2
	A.E.3	B.E.3	C.E.3
	A.E.4	B.E.4	C.E.4

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

4.3.1 Construindo as Categorias Temáticas

O processo de elaboração das categorias temáticas, sob as quais realizaram-se as análises, foi feito após a coleta de dados com base nas falas dos participantes. Dessa maneira, passada a fase de transcrição das entrevistas, com a pré-análise, a partir da exploração do material, priorizou-se a codificação e as categorias foram definidas em duas grandes áreas:

- condições socioeconômicas, agrupa temas como engajamento social, senso de comunidade, inclusão social, participação para a construção do capital social, reflexo do Prouni para a sociedade, trabalho¹⁰ e renda¹¹; e
- educação, apresenta os trechos relacionados aos fatores: democratização do ensino, transformação das realidades dos concluintes graduados por meio de bolsa Prouni e redução de desigualdades.

A seguir, a categorização se correlacionará com as falas dos entrevistados baseadas na análise de unidades de contexto, fundamentadas a partir das reflexões teóricas apresentadas.

4.3.2 Categoria 1: condições socioeconômicas

O autor Dowbor (2006) analisa que a relação entre educação e o desenvolvimento local está na formação de pessoas que estejam dispostas a participar de ações transformadoras e gerem movimentos construtivos em seu contexto.

Nesse sentido, com a finalidade de obter um **panorama da dinâmica social da vida dos egressos entrevistados**, indagou-se qual a relação que tinham com a comunidade antes e após a conclusão do curso.

No geral, não foram verificadas grandes mudanças entre os períodos: muitos desses entrevistados que já dispendiam tempo em prol de ações comunitárias foram aqueles que continuaram com essas ações. A pesquisa também evidenciou que 10 (dez) dos 12 (doze)

¹⁰ Esta pesquisa aborda os seguintes tipos de trabalho: formal – assalariado com todos os direitos e garantias que a lei estabelece –; informal – sem remuneração fixa e falta de garantias/benefícios trabalhistas –; autônomo – prestador de serviços sem vínculo empregatício –; voluntário, em que a pessoa presta serviços sem receber remuneração, geralmente, em organizações que apoiam alguma causa social.

¹¹ Esta pesquisa entende **renda** como o conjunto de recursos financeiros que um indivíduo ou uma família recebe em um determinado período de tempo, podendo ser proveniente do trabalho – salário, comissão, bônus. –; do capital – juros, dividendos, aluguéis. –; ou de transferências – aposentadoria, pensão, bolsa família.

entrevistados manifestaram o interesse em se engajar à alguma causa, seja ela social, política ou ambiental. Sobre a análise desse fato, alguns pontos foram destacados no Quadro 6.

Quadro 6 – Comparativo quanto ao envolvimento social antes e após a graduação.

Egresso	Envolvimento Anterior à Faculdade	Envolvimento Posterior à Faculdade
A.E.2	“É dentro da comunidade. Eu participo da igreja, acho que de grupos sociais mais é esse mesmo.”	“Por enquanto só mesmo da igreja, mas eu pretendo futuramente entrar no voluntário na parte de envolvendo adoção. Seria mais em instituições de acolhimento.”
A.E.4	“Minha vida antes da faculdade eu já trabalhava, né, eu trabalho desde dos 15 anos aí, 14 anos 11 meses já comecei a trabalhar, então eu sempre tive uma vida entre trabalhar, estudar e treinar academia, né, [...] eu desenvolvi até ali os 17 anos quando eu era da igreja ainda, eu participava da igreja e aí a gente já fez ações em comunidades carentes, então em prol da sociedade que a gente já chegou a fazer também lá na igreja a gente fazia em comunidades carentes até em lar de crianças que não tinham pais e tudo mais e aí a gente fez sim essas ações, eu participava sim diretamente.”	“Não, atualmente não.”
B.E.1	“Eu saí direto da escola pro Prouni, para a faculdade, né, eu estudava na época no ensino médio ainda, não tinha finalizado o ensino médio, eu adiantei o curso do ensino médio, graças a Deus, tinha vínculo com a, tinha um vínculo, frequentava uma Igreja, tinha alguns vínculos sociais assim de escola, de amigos, de atividades, de trabalho eu não tinha carteira assinada, mas eu desenvolvia atividade com uma organização.”	“Não, eu acho que mudou, sabe, mudou muito porque hoje eu tenho, não é assim uma proposição, sabe, mas hoje tenho outro método de contribuir, sabe, hoje eu consigo sentir que eu contribuo mais para a sociedade, que eu contribuo mais pras pessoas e isso assim realmente assim é recompensador, sabe, é muito feliz a gente sentir que contribui, a gente senti que gera, senti que faz a engrenagem funcionar.”
B.E.4	“Não, não.”	“Sim, a nossa a minha igreja ela tem os projetos sociais às vezes, inclusive, eu gosto muito de participar fazendo ventosa, um agulhamento algum tipo desses tratamentos, porque infelizmente às vezes a comunidade não sabe direito o que é fisioterapia, às vezes pensa que é só massagem e tal, mas não é a gente fala que é reabilitação de um paciente, diminui a dor daquele paciente e às vezes a comunidade em si não sabe realmente qual é a função do fisioterapeuta e a gente vem trazendo isso.”
C.E.2	“Não, não.”	“Sim, na verdade eu tenho um projeto sim, tenho o projeto no Instagram, eu faço vídeo no Instagram, aí como a gente tem alguns seguidores lá, a gente criou um projeto, o nome do projeto é “Bem fazer” aí a gente pede doação e a doação que a gente tem a gente ajuda o povo.”
C.E.3	“Em relação ao envolvimento com a comunidade eu não tinha muito não tinha muito assim, era mais a questão de ir para escola mesmo nunca fui de participar de da igreja da comunidade ou de estar envolvido em atividades da minha comunidade em si.”	“Eu queria levar um movimento de saúde na minha escola, eu acho que seria bacana!”

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em todas as três IES pesquisadas, foi possível observar que há a realização de projetos de extensão, e estímulos à participação em pesquisa e extensão voltados à comunidade, indistintamente do vínculo do aluno com a IES, ou seja, todos os alunos da instituição e dos cursos são convidados a participarem dessas atividades, sem estabelecimento de critérios diferenciadores dado o seu vínculo.

Tal fato é relevante tendo em vista a sua coerência aos normativos referentes ao Prouni, quando dispõe sobre a não realização de diferenciações entre alunos pagantes ou bolsistas, devendo ter as mesmas possibilidades ao longo da jornada acadêmica.

A seguir, apresenta-se a fala de um gestor de uma das IES.

–“Dentro da instituição tem os projetos de iniciação científica e é muito bacana, porque ali você não tem aquele negócio, ah, eu coloquei um aluno bolsista porque ele precisa, não! É pagante, é não pagante, é meia bolsa pela instituição, é todo mundo misturado. Então você faz o processo seletivo de todo mundo, você não tem distinção e você vê o tanto que é bacana a inclusão deles. E essa questão de eles estarem junto não tem esse negócio aí ninguém sabe que eu sou bolsista, não, eu tô aqui junto com quem não é bolsista, e tô dentro da iniciação científica, entendeu?! Então é isso que é bacana porque você começa e você vê assim não tem isso então eles se sentem, ele é parte importantíssima.” (A.G.1)

Com o objetivo de **se compreender o senso de comunidade**, os egressos responderam à questão 2 que se referia a sua participação em projetos de extensão proporcionados pela IES para a realização de atividades com a comunidade; e à questão 3, para se diferenciar esse interesse entre bolsistas e pagantes.

As **dimensões de inclusão social, participação para a construção do capital social**, trazidas por Kronemberger (2011), reforçam a responsabilização e participação política que o programa Prouni pode trazer em sua construção social.

Um dos participantes citou que, em algumas das grades curriculares da instituição em que estuda, existe uma disciplina com foco em interação comunitária, mas em todas as três instituições pesquisadas há proposição de projetos e atividades voltados à comunidade. Isso permite inferir que a IES aplica os conceitos de Macías e Garcia (2021), no sentido de proporcionar interações entre as instituições de ensino superior e as comunidades almejando a melhoria da localidade.

Não houve consenso nas respostas analisadas referentes às questões 2 e 3. Nove dos concluintes disseram estar envolvidos nas atividades promovidas pela IES. E dois dos entrevistados atribuíram a condição de bolsista como grande influenciadora para a participação nessas atividades. Contudo, 10 (dez) egressos reforçaram que não era possível afirmar se o

interesse maior pelos projetos de extensão era dos bolsistas, mas que era condição indistinta ser bolsista ou pagante.

No universo das respostas dos 10 (dez) egressos citados anteriormente, foi mencionado que a indisponibilidade de tempo pode inviabilizar a participação do estudante nas interações entre as IES e as comunidades, tendo em vista a sua condição financeira, precisar buscar fontes de renda no trabalho para, inclusive, se manter na faculdade.

Questão 2

Na sua IES, havia projetos de extensão voltado ao benefício da sociedade? Você participou dessas atividades? Explique os motivos.

- “Eu sempre fiz muito isso, né, de tá porque a gente também era parte do nosso aprendizado fazer esse atendimento, e a faculdade que eu formei ela tem muito isso de priorizar comunidade tanto é que lá o atendimento de medicina, fisioterapia de todas as categorias profissionais eles prestam esse atendimento para comunidade em si ali, então a gente fica muito inserido nessa questão e projeto social também desde sempre eu sempre fiz de visitar a paciente no hospital, hoje eu faço parte do grupo que vai visitar, que canta enfim sempre fui muito envolvida nessas coisas.” (B.E.2) (Grifo nosso)
- “Eu sempre tive muita vontade de participar, porém eu sempre fui muito sobrecarregada.” (A.E.3)
- “Não conseguia, porque o que que acontece a galera do que faz faculdade particular e a galera que trabalha, né, que precisa estar ralando ali para poder pagar com os bolsistas do Prouni também não é diferente.” (C.E.3)
- “Eu não tive muito contato com isso, é mais eu via quem tinha disponibilidade de horário dessas possibilidades.” (A.E.1)

Questão 3

Era possível perceber um interesse maior dos prounistas pelas atividades de extensão?

- “Não só os bolsistas, os bolsistas sim, né, com certeza, eu acho que tem essa pegada, além do mais, além porque os bolsistas são a maioria das classe média baixa então com pessoas que realmente precisam né, que trabalham, que estudam, que se sustentam ou que ajudam o pai, então se via ali uma necessidade sabe de melhorar a vida do próximo, eu sentia, isso era muito muito muito presente, todas as minhas colegas que eram bolsistas, como eu, nós tínhamos essa visão e nós temos até hoje desses projetos voltados para comunidade, porque a gente sentiu na pele o que que é, né, você não ter acesso à informação, você não ter acesso a um cuidado.” (A.E.3)
- “Geralmente quem, é o que eu acho né, quem faz ele quem consegue uma bolsa, um aluno bolsista, ele vai ter que se esforçar muito para conseguir manter aquilo ali porque é todo um critério enfim e a gente percebe a diferença nítida, a diferença de alguém que né porque a faculdade até então é privada, né, então o custo é muito alto, a faculdade que eu formei é

uma das mais caras de Brasília e tem gente que tem os pais para pagar, eu tenho inclusive amigas que tinham né todo esse apoio de família e a gente vê que a pessoa ela não dá tanto valor, ela não se esforça igual um aluno que veio de outro Estado, que conseguiu uma bolsa, que ele sabe que se ele não fizer por onde ele vai perder aquela bolsa, e talvez, aquela bolsa fosse a única chance que ele tivesse de, tipo assim, ter uma futuro melhor.” (B.E.2) (Grifo nosso)

– “Não, não via isso assim, quem tinha interesse independia dessa condição de ser bolsista ou não.” (B.E.3)

Para complementar a análise descrita anteriormente sobre o senso de comunidade, verificou-se as respostas dos egressos referentes à questão 13:

- Acredita que o interesse em participar de ações coletivas para a sociedade é algo que vem da própria pessoa, ou algo que a instituição em que estudou cria nos alunos, ou o Prouni estimula os beneficiários a se engajarem em causas, sejam elas sociais, ambientais ou políticas.

A partir das respostas verificou-se que:

- quatro dos concluintes graduados pelo Prouni atribuíram as suas ações ao conjunto de fatores apresentados na questão;
- seis deles dizem ser um interesse pessoal, que vem da pessoa que se entende como ser social e que, pela sua vivência, traz consigo a vontade de melhorar o contexto em que está inserido; e
- dois atribuíram ao Prouni essa responsabilidade de engajamento.

A seguir, apresentam-se algumas falas que mostram essas divergências.

– “**Eu acho que é um pouco dos três**, né, se a gente pegar para verificar se antes eu sempre já tive essa vontade de atuar, eu sempre me preocupei muito com essa questão assim do social, de poder ajudar o outro, o próximo e assim eu acho que isso vem de tudo, né, vem de mim, como pessoa, vem da instituição onde eu atuei com pessoas que realmente necessitavam daquele atendimento e isso fez com que eu quisesse realmente proporcionar aquilo ali para aquele para aqueles pacientes da melhor forma possível, da melhor forma, da forma mais profissional possível, independente de ser gratuito ou não, a intenção era realmente é acolher os pacientes, a demanda deles e trabalhar da melhor forma, bem como do Prouni, né, que me possibilitou aquela oportunidade de estar ali atuando e **há essa vontade e até de retribuição assim, um sentimento de restituição a tudo que eu conquistei**. Então é isso mesmo.” (A.E.4)

– “Acho que é um conjunto, né assim, **acho que é um conjunto**, sabe, isso vem de religião, isso vem de família, só que assim, ter participado do programa eu acho que tem um peso muito forte, sabe tem uma parcela muito importante porque assim dá gratidão, sabe, a gente só tem gratidão se a gente sabe de onde aquilo veio ou o porquê que aquilo foi, né, então

assim, o programa traz consciência pra gente disso, né, o programa traz consciência de que, vamos dizer assim, o estado né no sentido de pessoas contribuiu para mim e eu quero contribuir não para o estado, mas eu quero contribuir para as pessoas e assim eu acho que o programa tem uma parte muito importante nisso, não é não é todo mundo que faz que eu acho que alcança isso e assim não é todo mundo que consegue contribuir de maneiras diferentes, mas eu acho que o que faz parte sabe, acho que quem conhece tem uma visão um pouco diferente.” (B.E.1)

- “Já vem de mim porque eu sempre gostei muito disso, mas assim o programa com certeza proporciona isso né a gente a gente meio que não sei parece que você vem de uma realidade difícil e você consegue ter empatia pela realidade dos outros, então, tudo que você achar que vai né é trazer benefícios para alguém, você vai fazer.” (B.E.2)
- “Não, **não vejo isso por causa do Prouni**. O Prouni, no meu ponto de vista, foi apenas um mediador do curso, mas ele não proporciona nenhum nenhuma atividade ou nenhum programa nada que te estimule a questões sociais ou a “devolver” digamos assim o recurso para comunidade, a faculdade como um todo você também não vê isso.” (B.E.3)
- “Com certeza, eu acredito sim que essa questão de projeto sociais tem muito a ver também com o público que já teve um pouco da sua vida ali, sabe, em locais com menos recurso, sabe, e assim dando oportunidade para essas pessoas que já estavam lá, que já cresceram nesses locais a chegarem a uma faculdade, a uma graduação, a uma pós-graduação, a um mestrado, a um doutorado, faz com que eles queiram que chegue para outras pessoas no âmbito onde eles cresceram, né?!” (C.E.4)

Na questão 6¹², respondida pelos coordenadores ou representantes do Prouni na IES pesquisada, também perguntou sobre a possibilidade de o senso de engajamento a causas sociais, ambientais e políticas ser maior entre os bolsistas.

Observou-se que dois dos três gestores entrevistados disseram não ser perceptível encontrar nos alunos esse senso de comunidade.

- “Olha eu te confesso que esse tipo de expressão a gente vê muito raro, eu acho que ela tá em decorrência do que é semeado no seu próprio lar, digamos assim, né?! Depende do que ele foi alimentado durante essa... essa fase dele aí de construção. Claro que nós temos alguns que eles têm objetivo de sociedade, tem objetivo de ser um profissional diferente para sociedade até em decorrência da bolsa, mas isso tem sido cada vez mais escasso a vontade e o anseio deles é sempre em busca de algo melhor para ele e para sua família e a sociedade sempre está em terceiro ou segundo plano.” (B.G.1)

Sobre a impressão do **reflexo do Prouni para a sociedade**, alguns dos egressos entrevistados trouxeram a relevância dessa política para a questão social, que proporciona a redução de desigualdades e atende às minorias.

¹² Roteiro de entrevista semiestruturada com coordenadores ou representantes do Prouni na Instituição de Ensino – questão 6 –: É possível dizer se há um movimento de engajamento desse cidadão em prol da sociedade por ser bolsista do governo federal?

Constata-se que as falas dos entrevistados vêm ao encontro da definição de políticas públicas de Lowi (1964 apud SECCHI, 2013): as políticas redistributivas investem em determinados grupos a partir de custos a certos grupos; e do pensamento de Jannuzzi (2020): a efetividade da política pública é percebida quando há transformação e efeitos para a sociedade, conforme o que se segue.

- “Então assim eu acho que a importância do Prouni para uma **sociedade é diretamente ligada à evolução dessa sociedade em si**, diretamente ligado ao desenvolvimento da sociedade, então assim é um projeto muito importante que talvez sem ele muitas pessoas hoje não estivessem formados e atuando no que gosta no que procuraram fazer por amor, então assim influência de diversas maneiras de todas elas objetivas de uma forma positiva.” (A.E.4)
- “Assim, eu entendo o Prouni como, **ele é um programa que dá equidade para a sociedade**, sabe, ele **redistribui** oportunidades, é um programa que ele tem como base o mérito, né, ele meritocrático, ele é por nota, ele colocação, ele é por desempenho, só que ele ficou desempenho empoderado, né, ele analisa uma população específica e eu acho que ele muda **ele muda contextos** né se ele traz ele oportuniza pros estudantes que são de baixa renda, que são de sociedades assim que deveria ter menos oportunidades a ter **oportunidades iguais**, então assim, eu acho que um programa extremamente valoroso, eu acho que ele cumpre muito bem o interesse social, o interesse de equiparar oportunidades, de dar oportunidades diferentes para quem teve contextos diferentes, ele é extremamente produtivo nessa parte de ponto de vista social, eu acho que também assim é excelente a ideia da montagem do programa né porque assim é um programa que ele pelo que eu entendo, pelo que eu já li, né, ele não tira dos cofres públicos, ele deixa de receber, ele deixa de reter imposto, não é assim, não é um programa que, vamos dizer assim, que ele depende de uma verba específica, ele é retirado do imposto de algo que talvez assim seria poderia ser muito mal gasto né então eu acho que é um investimento, **é um investimento a longo prazo para a sociedade**, eu acho que a gente dá oportunidade para as pessoas, que essas pessoas são diferentes, sabe, eu acredito que quem faz Prouni tem uma responsabilidade social geralmente diferente, ele entende o contexto, ele forma uma cabeça diferente e assim eu acho que o programa foi extremamente valoroso, [...]e eu acho que um programa assim de ponte sabe, **não programa final, um programa de ponte**, um programa para mudar uma realidade pontual e a partir dessa realidade as pessoas mudam, sabe, as pessoas mudam de vida.” (B.E.1)
- “Pra mim, o Prouni foi uma porta de entrada, **uma equiparação mesmo social** porque não é algo fácil, a gente entra na faculdade de medicina e vê que a maioria da população é branca, de boa origem, você não vê classe baixa com muita frequência, é classe média alta para alta, então foi um recurso instaurado que deu uma oportunidade para uma população sem perspectiva nenhuma, nenhuma não, é um pouco de exagero, mas assim muito baixa porque esse tipo de população já tem acesso à informação, a educação muito mais dificuldade, então passar na escola pública, numa faculdade pública era mais difícil, pro curso de medicina era ainda mais difícil, porque o nível de exigência era bem maior, é maior ainda, né, então o Prouni ele meio que **abre as portas, ele foi um catalisador da situação**, eu vejo como uma vantagem.” (B.E.3)

- “Então eu vejo que o Prouni é reflexo da sociedade sim! Quanto mais você abrir você abrir bolsas para o Prouni mais você irá ver pessoas que estudaram a vida toda em escolas públicas fazendo ensino superior, sabe? Então, filhos de empregada doméstica, pessoas que os pais fossem só com ensino médio, enfim, várias outras pessoas em diferentes estratificações da sociedade, pessoas negras fazendo medicina que é incrível isso, é, enfim, **alunos à margem da sociedade que você nunca pensaria que poderiam ingressar de alguma forma na universidade, na faculdade tendo essa oportunidade**, que não conseguir arcar com os custos, ou seja, por algum motivo, ganhando uma bolsa que é simplesmente incrível e **vai mudar a vida dessa pessoa.**” (C.E.3)

No quesito **trabalho e renda**, há grande visibilidade em relação às mudanças ocasionadas nas vidas dos concluintes bolsistas entrevistados.

Oliveira Martins (2002) conecta o desenvolvimento econômico de uma localidade a partir do agente local, ao analisar que a geração de oportunidades econômicas pode ter um impacto direto no empoderamento das pessoas. Para o autor, em um movimento cíclico, quando as pessoas têm acesso a empregos bem remunerados, educação de qualidade, oportunidades de empreendedorismo, geralmente, ganham maior autonomia e capacidade de tomar decisões que afetam suas vidas.

É possível destacar esse processo na seguinte fala:

- “O intuito do programa final é tirar uma pessoa de uma condição de, vamos dizer, de uma condição menor e colocar ela para uma condição de vida mais confortável, é trazer felicidade, **é trazer distribuição de renda**, e assim o Prouni consegue cumprir muito bem. Sabe porque ele não te deixa essa dívida, com a dívida você tem mais um problema, né? Você resolve um só, e você cria o outro, né? Vamos dizer assim.” (B.E.1)

Quando questionados sobre os efeitos da bolsa do Prouni nas suas vidas e sobre as possíveis mudanças advindas da conclusão da graduação, os egressos apontaram a aquisição de independência financeira dos pais e de oportunidades de trabalho em suas áreas de formação.

Dez entrevistados mencionaram estar trabalhando e desses apenas um concluinte não exercia atividade ligada à sua área de formação.

- “Eu tenho um emprego hoje que é que eu considero bom para mim e é graças ao meu curso também. Penso em ter outros tipos de emprego também e também, focando nesse curso que eu tive a possibilidade de fazer né?!” (A.E.1)
- “Ah, tem todos os efeitos, né, econômico, eu consegui uma profissão, né, eu consegui um ofício, e desse ofício hoje eu me sustento, sabe, desse ofício hoje, graças a Deus, eu consigo, esporadicamente, ajudar projetos, eu consigo ajudar pessoas, eu consigo ajudar minha própria família. Meu ponto de vista econômico mudou minha vida.” (B.E.1)

- “Quando eu terminei, eu já terminei empregado né?! Eu morava em Brasília aí só para estudar aí quando terminei a graduação já voltei para minha cidade já apareceu a oportunidade de emprego aqui na minha área mesmo eu voltei.” (C.E.2)
- “Fui só deixar um currículo em um colégio de uma escola técnica que eu tenho vontade de ser professora. Eu nunca fui professora, mas tenho essa vontade. E o fato de eu ter sido aluna Prouni, já estar fazendo uma pós, fez com que isso fosse mais fácil. Com certeza se fosse em outro caso, se eu tivesse feito de uma outra forma talvez fosse mais difícil.” (C.E.4)
- “E o que mudou foi o financeiro porque, veja só, eu tava sendo sustentada pelos meus pais, hoje, tipo assim, eu não tô no melhor momento da minha vida, na melhor fase da profissão, mas assim eu consigo me manter sozinha e se talvez eles precisarem de mim, igual às vezes preciso de algum valor, claro que pouco no momento né porque eu também não consigo ainda não tô bem estabelecida financeiramente na profissão, eu consigo ajudar eles, entende, então dessa parte financeira assim, muda também muito questões de independência e tal e o financeiro faz parte da independência e é isso.” (B.E.2)

Notou-se que os gestores entrevistados tiveram um contato mais próximo com os concluintes bolsistas durante a graduação, em especial, na resolução de pendências bem como no acompanhamento semestral para a manutenção da bolsa – exigência decorrente das normas do programa, que permitem àqueles com frequência e notas acima de 75% a permanência na bolsa.

Após a conclusão do curso, o gestor só obtém informação sobre a vida do discente quanto ele retorna à instituição de ensino para emissão de declarações e afins. Porém, observou-se que são poucos os egressos que mantêm proximidade com a IES.

Quando perguntados sobre o efeito do Prouni na vida dos bolsistas, os gestores trouxeram, de modo unânime, benefícios da concessão das bolsas do Prouni, tais como: em duas respostas, o acesso ao ensino superior foi relacionado à realização de um “sonho”; e uma resposta caracterizou os benefícios do Prouni sob o enfoque de melhoria econômica ou financeira que ultrapassa o bolsista e se estende à sua família.

- “Um país que você chegar na universidade, numa faculdade era um sonho tão distante, mas tão distante, que eles mesmo não acreditavam, então no momento que eles viram isso que é um programa que ele não vai pagar esse valor né, desse 50%, e os 100%, então você vê o quanto eles se dedicam para não perder. Então eu vejo tudo positivo, isso pessoa, aluno, eu não estou falando da instituição, estou falando da pessoa.” (A.G.1)
- “Efeito tem, até porque eu falo que esse reflexo ele até se estende à família porque muitos deles é decisivo aí para a questão de mudança econômica né muitas vezes até social da própria família então eu vejo que é um programa que tem muitos pontos positivos.” (B.G.1)
- “Eu acho que é gratificante porque muitos brasileiros não têm essa condição de adquirir uma formação ou talvez os pais não tiveram as condições antigamente e meio que para ele fica meio impossibilitado, o Prouni ele facilita bastante nesse quesito, porque abrange essa

parte da população e meio que ele não deixa de sonhar um sonho tão grande que é se formar e se especializar na área que ele tanto sonha, né?!” (C.G.1)

Ao responder à questão sobre o efeito do Prouni para a sociedade, um dos três gestores atrelou a obtenção de trabalho e renda à aquisição do diploma, especialmente, em cursos que considera de alto retorno no mercado, como medicina.

–“Acho que principalmente na questão de renda, né?! Quando a gente pega um curso que é tão almejado por esses candidatos quando ele busca aí esse alcance dessa bolsa no curso de medicina é diferente de um curso de administração muitas vezes até um curso de direito que ele tem que estar em busca né de ser inserido no mercado de trabalho de buscar aí uma oportunidade uma vez que ele não vem de uma família aí que tem um histórico jurídico né que tem um escritório formado, já tem uma clientela, então ele tem que buscar por essa inserção no mercado de trabalho. Por sua vez não o curso de medicina o próprio mercado já abrange ele né, já acolhe, então consequentemente a questão de rendimento é uma realidade que nos outros cursos nós não temos. Então uma vez um aluno desse formato ele vai melhorar na sua vida econômica dele, mas muitas vezes dos Pais os irmãos que são pessoas carentes.” (B.G.1)

Com a finalidade de entender o efeito do Prouni sobre uma possível contribuição no crescimento e manutenção da instituição de ensino, realizou-se a questão 9¹³ aos gestores das três IES.

Todos os gestores entendem que há contribuição para a instituição de ensino no sentido de lhe oferecer visibilidade e reconhecimento, e consequente, captação de novos interessados nos cursos e métodos oferecidos pelas faculdades.

–“Contribuí, porque, assim, a instituição que só visa o lucro, eu digo que talvez isso não é tudo, né?! Então agora a instituição que visa agregar, participar, apostar, buscar esse público, que eu te digo o seguinte, você só tem a ganhar, porque se eu tenho assim maior número um exemplo eu vou passar isso para o meu amigo, vou passar isso para minha irmã ou meu filho eu vou fazer propaganda que vale a pena que você pode, que aquela instituição aposta em você. [...] A contribuição coletiva, então assim eu vejo que a minha instituição tem uma visão muito maior do que até a minha, nesse ponto de vista! Não só olhar pelo ganho, entendeu?! Isso é bacana, é isso que eu tô te falando, são os três juntos, porque olha se eu tenho um campo onde eu tenho muitos bolsistas, pagantes, enfim, o pagante está vivenciando a realidade desse bolsista, a dificuldade o empenho dele, eu tenho certeza que quando você vê um profissional lá que fala assim ele veio de tal instituição, e ele é o melhor, melhor na nota, ele é o que mais se destaca, como que eu posso não ganhar?! Eu falo porque

¹³ Roteiro de entrevista semiestruturada com coordenadores ou representantes do Prouni na Instituição de Ensino – questão 9 –: Acredita que o programa contribui de alguma forma para manutenção ou mesmo crescimento da IES?

eu participo das decisões assim de sentido assim de campanha então eu vejo isso no olhar deles, preocupação de você ter realmente uma raiz. Você ter uma instituição com base, ou seja, você ter uma instituição com base vão te procurar, vão querer fazer parte daquilo ali, vão querer estudar naquela instituição, e assim você nossa ela valoriza, vira referência, ela busca, ela quer mesmo ter profissionais maravilhosos, não importa se ele é pagante ou bolsista. Eu quero todos na minha instituição. É isso que é bacana, seja Fies, Prouni, seja qual for outro programa, então a gente não participa só desse então.” (A.G.1)

- “Eu tenho certeza que sim, que tem uma grande contribuição até pela visão, né, que a instituição tem, e o Prouni, tanto é que faz que a instituição desde então, né, da instituição do programa a nossa instituição sempre oferta, sempre está atenta as manutenções, as mudanças de legislação e preza por isso, prima por isso. Nós temos todo cuidado e um zelo com esses candidatos, porque a gente sabe que realmente é realização de sonho não só de candidato, mas também da família, então aqui nós temos um carinho, né, por esse programa e também pelos nossos candidatos, com certeza.” (B.G.1)
- “Acho que sim, até porque, meio que adquiriu um pouco de reconhecimento né, tanto da instituição em questão dos bolsistas que procuram mais, tentam então verificar qual instituição cursar ou não, e também tenho que, vamos ver como é que eu digo, ajuda também a instituição na parte do ingresso do calouro, porque sem ele meio que não existe nós, então um depende do outro.” (C.G.1)

A partir das entrevistas foi possível inferir que houve reflexo positivo nas realidades dos concluintes graduados com base na experiência do acesso ao ensino superior proporcionado pelo Prouni. A conquista de melhores oportunidades de trabalho e renda e do senso de inclusão desses cidadãos no meio educacional provoca efeitos duradouros nessas pessoas, podendo avançar em direção a uma sociedade em que se desenvolvam a partir de características endógenas da localidade.

Em contrapartida, não foi percebido vínculo direto entre os bolsistas do programa e questões relacionadas ao engajamento social, característico da construção do capital social. Mas há presente a preparação do capital humano e a expectativa de retorno à sociedade ao incluir cidadãos que poderiam ser marginalizados do convívio educacional.

Por fim, cabe mencionar sobre as instituições atuantes em comunidades, como as igrejas, que em geral, tendem a ser parceiros quando se trata de questões sociais, contudo, podem se variar na permanência de presença e de influência ao longo das diferentes fases de vida das pessoas.

4.3.3 Categoria 2: educação

As perguntas dos roteiros de entrevista semiestruturada, tanto para concluintes graduados pelo Prouni como para coordenadores ou representantes do programa nas três IES,

não citaram diretamente a educação. Entretanto, sendo o Prouni uma política pública afirmativa de inclusão ao ensino superior para brasileiros de baixa renda, a educação apresenta-se como categoria por ser efeito mediato sobre egressos.

Esse acesso gera a criação de valor às pessoas e, quando há educação de qualidade, há mais conscientização e senso crítico resultando em melhorias contínuas para o desenvolvimento (DA SILVA; LOPES; JUNIOR, 2016).

Nessa perspectiva, os achados que emergiram das falas dos concluintes graduados pelo Prouni ressaltam fatores sobre a **democratização do ensino, transformação de suas realidades, e redução de desigualdades.**

- “Eu vejo que o Prouni ele tem um benefício gigante para a sociedade, porque não são todas as pessoas que conseguem entrar na Universidade Federal, né, e as privadas geralmente as mensalidades são muito altas nem todo mundo consegue pagar, então Prouni ele entra muito nesse lugar de dar acesso às pessoas que não têm condições de pagar para entrar na universidade, né, que não conseguiram ir pra Universidade Federal que a gente sabe que muitos vem de escola pública e para passar numa Universidade Federal é mais difícil, né?! Então, o Prouni para mim ele contribui muito nesse sentido e também como uma forma até mesmo de retribuir a própria sociedade depois que as pessoas se formam.” (A.E.2)
- “Todo o cenário que a gente veio vivendo, né, ao longo desses últimos anos, trouxe algumas inseguranças para os estudantes, principalmente, os estudantes de baixa renda, então, continuar no Prouni, a continuação do Prouni é algo muito benéfico, **é algo que traz transformação para sociedade.** Pode ser que demore um pouco mais, né, mas traz transformação, de fato, porque eu vejo que a educação vai muito nessa linha de transformar, então o Prouni possibilita isso.” (A.E.2)
- “Muitas pessoas deixam de estudar exatamente por essa ter escolhas ou eu pago meu aluguel ou eu como ou eu estudo, então assim, a gente sabe o Brasil é um país bem desigual nem todos podem pagar né e eu acho que o Prouni ele auxilia nisso, ele agrega bastante nisso, porque ele dá esse **suporte** para você não, vai lá estuda né, eu estou aqui, vai lá e estuda, né, tem esse apoio aqui e isso te deixa assim mais seguro.” (A.E.3)
- “A pessoa se dedica anos e anos e às vezes não consegue, aí vê **o Prouni como um escape**, isso é verdade associação. Hoje em dia as faculdades tá bastante caro, mas tem várias formas de financiamento, mas nem sempre, mesmo com financiamento, ainda não consegue realizar o sonho que é formar na graduação e tal e o Prouni é uma forma de realizar um sonho de uma pessoa.” (B.E.4)
- “Com certeza! Eu considero que é um dos melhores programas do governo porque a gente sabe que a educação no Brasil não é o modelo referência né, eu vejo que hoje o Prouni ele abrange um grupo de pessoas que não é aquele grupo que consegue entrar na federal que hoje a gente sabe que a federal tá pessoas realmente estudaram ali, estudaram bastante para poder passar com uma nota muito alta, muito boa que tiveram um tempo, cursinho, etc. e o Prouni ele vem numa pegada de pegar aquelas pessoas que estudaram em pública a vida toda e dá uma bolsa para ela e uma faculdade que elas não conseguiriam pagar. Eu não conseguiria pagar o meu curso. Então eu fiz totalmente de graça sabe então eu vejo que o Prouni é **abrir portas** para as pessoas que estão ali à margem da sociedade, que não

conseguiria o ingressar por meio convencionais porque falar que todo mundo consegue entrar na Federal eu não acho que consegue.” (C.E.3)

–“Então o Prouni ele é extremamente necessário, extremamente importante, pois ele consegue de certa forma **diminui a desigualdade que existe no Brasil em questão de educação**, pois até pouco tempo atrás da faculdade ela não era uma realidade para muitas pessoas, né? E hoje em dia como a oportunidade do Prouni até mesmo com a do FIES gera essa oportunidade.” (C.E.4)

–“Você precisava, você tinha outras prioridades que infelizmente não, não dava para ultrapassar na prioridade da educação porque a gente sabe que não é para todo mundo que educação vem em primeiro lugar, né? [...] Para você verificar como o Prouni mudou, porque na época do meu pai, por exemplo, não existia filhos de um pedreiro não podiam ir para faculdade, né, então. Ele abre porta e também gera esse trabalho que de mostrar para o público que não tem acesso a tanta educação, que o filho do pobre também pode! Então, com certeza o Prouni tem total influência nisso.” (C.E.4)

No Quadro 7, apresenta-se o levantamento feito sobre a escolaridade dos pais e mães de 11 (onze) egressos, pois um dos entrevistados não soube responder à questão, observando-se uma melhora na situação educacional familiar a partir desses concluintes bolsistas¹⁴.

Salienta-se que, ao responder à pergunta, um dos egressos disse que sua mãe estava terminando o ensino superior pelo Prouni.

Quadro 7 – Levantamento da escolaridade dos pais e mães dos egressos.

Escolaridade	Pai	Mãe
Ensino Fundamental	72,73%	27,27%
Ensino Médio	18,18%	18,18%
Ensino Superior	9,09%	27,27%
Pós-graduação	0%	27,27%

Fonte: Elaborado da autora (2023).

Com o objetivo de retratar a representatividade da formação superior na vida dos egressos estudados, verificou-se a ocorrência de 29 (vinte e nove) vezes do termo “oportunidade”, sendo usado por nove dos 12 egressos entrevistados.

¹⁴ Esse levantamento foi fundamentado na meta 12 do Plano Nacional de Educação que estabelece: “**Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento)** e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2014).

Também merecem destaque as palavras “porta” e “sonho” com associação ao objeto de estudo Prouni. As palavras realçadas aparecem no sentido de ser uma chance, de ser uma oportunidade para mudança de algo que parecia distante de ser realizado.

Para melhor compreensão, os achados foram agrupados nos Quadros 8 e 9.

Quadro 8 – Exemplos de ocorrências da palavra “oportunidade” nas entrevistas.

Egresso	Trecho da Entrevista
A.E.4	“Ele gerou uma oportunidade de eu fazer um curso que eu busquei né, que eu estudei para conseguir... e possibilitou com eu pudesse escolher uma atuação onde eu vou gostar e eu vou estar feliz atuando.”
B.E.1	“É um programa que dá oportunidade ao ensino superior, então assim talvez lugares que a gente não pisaria, né, vamos sim usar essa analogia, a gente pisa em lugares onde muito provavelmente a gente não pisaria, a gente se torna o improvável , sabe, a gente se torna a gente entra numa realidade que não é a nossa né, querendo ou não né quando você vai para uma faculdade particular, principalmente no meu caso, numa faculdade assim que é luxo, né, uma faculdade de luxo, que tem para você entrar para conseguir manter é muito dinheiro, é muito caro, a gente vive na realidade diferente, a gente conhece coisas diferentes, então assim eu acho que é uma oportunidade de vida mesmo, uma oportunidade para você aproveitar, se especializar, criar uma carreira, criar um contexto, então acho que no meu caso foi interessante, sabe, por exemplo assim, se eu tivesse feito uma faculdade pública talvez não teria os mesmos contatos que eu tive, sabe, eu tive alguns uns contatos específico que me ajudaram na carreira também, sabe, que me oportunizaram sair para outros lugares que talvez um sistema de ensino público eu não sairia.”
B.E.3	“E o curso proporciona isso, então, a gente conhece o lado mais desfavorecido digamos assim né de saber qual que é a dificuldade do dia a dia, de não ter um convênio e precisar do sistema público, não ter uma condição de ir pra escola particular ou mesmo se tiver condição de ir pra escola particular depende de bolsa e depende de alguma situação para manter aquela bolsa, mas também proporciona a gente contato com pessoas que que tem outra cultura, que tem outra vivência , que tem outro tipo de formação que vai agregar na sua formação também, hoje que a gente tem contato com os médicos que são mais antigos que tem uma escola diferente, uma educação diferente é a gente vê o que eles trazem de experiência para gente e o bolsista que em algum momento da vida não teria isso, hoje tem! Hoje talvez ele não viaje, mas conhece pela experiência, tem a oportunidade de conhecer pela experiência do outro e até mesmo a possibilidade de despertar interesse ou de dele correr atrás, despertar aquele sonho pra ele, ah, eu vou fazer isso para eu poder proporcionar isso para minha família, para eu dar uma viagem, para eu proporcionar um bom estudo, coisas nesse sentido.”
C.E.3	“Eu acho que as pessoas elas têm que se engajar em usar tudo que o governo tá disponibilizando porque isso são reflexos de investimentos de impostos revestidos para as pessoas menos acessíveis e ainda é pouco pro tanto de pessoas que têm que desejarem essa oportunidade em ter um ensino superior, mas que às vezes não tem condições, então tudo que você puder tá aproveitando se você puder fazer Prouni que você faça porque vai dar um dimensionamento na sua mente muito importante de pertencimento a sociedade, de pertencimento de acreditação, sabe?! Principalmente eu vejo isso porque eu me sentia acreditado quando eu fiz Prouni, que eu deveria ser o melhor aluno, que eu deveria fazer tudo que estava ao meu alcance porque tinham pessoas que tinham pago por isso, sabe?!”

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 9 – Exemplos de ocorrências da palavra “porta” e “sonho” nas entrevistas.

Egresso	Trecho da entrevista
A.E.2	“Para mim o Prouni veio como a realização de um sonho , ele me possibilitou realizar um sonho porque, por exemplo, se fosse pagar a mensalidade completa de Psicologia, eu poderia conseguir, mas não agora talvez mais para frente ou não sozinha teria que contar com a ajuda dos meus pais.”
A.E.3	“O Prouni tem-se muito preconceito, né em relação ao ProUni, mas eu acredito que o Prouni ele abre portas , na realidade ele abre portas, né, ele ajuda na realização de sonhos, né.”
B.E.2	“Então o ProUni né, igual eu te falei, é a abertura de portas para o futuro então para mim de alguma forma ele representa tudo.”
B.E.4	“É uma porta é uma porta de sonhos , né, abre o sonho, realiza o sonho de uma pessoa que tá ali impossibilitado de realizar.”
C.E.4	“Ele representava Esperança, era um sonho né e a parte dele eu consegui, consegui realizar, porque a enfermagem era meu sonho e o Prouni me permitiu essa realização.”

Fonte: Elaborado da autora (2023).

Em síntese, as análises da categoria educação apontam que o ingresso ao ensino superior pelo Prouni representa uma oportunidade que se estende aos familiares do bolsista quando conquistam a independência e possibilitam transformação das realidades vivenciadas por seus antecessores.

Sob a ótica dos entrevistados, esse processo de graduação permite a redução de desigualdades ao amparar os alunos no ingresso e na possibilidade de continuidade dos estudos mesmo diante de desafios. Espera-se que a transformação pela educação promova o crescimento do indivíduo, munindo-o de conhecimento, autonomia e responsabilidade a fim de que se possa ampliar a participação democrática e colaborativa em prol da sociedade, saindo do individual para o coletivo.

4.4 Resultados das Entrevistas e da Descrição do Prouni

O acesso ao ensino superior pode transformar a vida do cidadão em diversos aspectos, sejam eles econômicos ou financeiros, sociais, políticos e ambientais.

Viabilizar o ingresso a cidadãos que tenderiam à marginalização possibilita o empoderamento do estudante frente à sociedade. O bem-estar da sociedade advindo da

participação social consciente e consistente em todas as dimensões produz o desenvolvimento local.

O crescimento econômico por muitos considerado fator causal para o desenvolvimento local, torna-se, atualmente, uma das dimensões que se interrelaciona a questões como o reconhecimento de fatores endógenos locais e à participação da comunidade. Assim, essa participação ativa caracteriza o capital social, que por sua vez, é o reflexo da construção, a longo prazo, de educação de qualidade.

O Prouni, cujo propósito é viabilizar ao cidadão o ingresso em instituições de ensino superior particulares, torna-se o meio para promover a participação social por intermédio da educação das pessoas e da noção de convívio em comunidade, refletindo para o empoderamento do cidadão, verificada a relação por meio da Figura 12.

Figura 12 – Relação entre Prouni (educação) e dimensões do desenvolvimento local.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Por intermédio das entrevistas e achados sobre o Prouni, esta pesquisa evidenciou fatores – condições socioeconômicas, inclusão e empoderamento – que contribuem de maneira gradativa para, a longo prazo, haver desenvolvimento local, desde que eles sejam inter-relacionados, construídos de maneira cíclica e estejam em constante evolução, produzindo efeitos progressivos e duradouros.

O programa desempenha um papel na democratização do conhecimento ao permitir que um número maior de pessoas tenha acesso ao ensino superior, fator importante para a produção e disseminação do conhecimento. Com isso, é possível que se tenha a formação de cidadãos mais críticos e informados, capazes de contribuir de maneira mais efetiva para a sociedade.

Além disso, a democratização do conhecimento é impulsionada pela diversidade de perspectivas e experiências que os estudantes trazem para o ambiente universitário. A inclusão de diferentes grupos socioeconômicos e culturais enriquece as discussões acadêmicas, fomentando o pensamento crítico e a resolução de problemas.

O Prouni causa efeitos sociais significativo ao ampliar o acesso à educação superior para estudantes de baixa renda, o que também se estende às famílias dos estudantes beneficiados. Os profissionais formados pelo programa podem contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades, trazendo conhecimento e habilidades adquiridos de volta para suas áreas de origem.

Com relação à redução das desigualdades educacionais, o programa permite que estudantes de origens socioeconômicas diversas tenham equidade nas oportunidades de acesso à educação superior e, com isso, possam transformar suas realidades. Contudo, as características do capital social são percebidas de forma sutil nas realidades apresentadas e pouco guardam relação com o programa.

Almeida (2021, p. 68) ao analisar o impacto positivo do Prouni no mercado de trabalho formal, dentre outros pontos, verificou, com base em dados e microdados extraídos, que em bases como Censo¹⁵ e Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, que “há uma indicação consistente no papel do programa de afetar positivamente a probabilidade dos egressos se alocarem no mercado de trabalho frente aos estudantes evadidos”.

Nesse sentido, verifica-se a relevância da política para a melhora não apenas da questão da empregabilidade, mas também do quesito de maiores faixas de renda salarial do indivíduo concluinte por meio da bolsa Prouni. Assim, análises apontam que a média de remuneração salarial apresentou aumento tanto aos concluintes como àqueles que evadiram do Prouni. Indicam ainda que o valor da contratação salarial dos concluintes do programa foi 32% maior em relação aos que evadiram do programa (ALMEIDA, 2021).

Esse processo de melhorias educacionais é fundamental para promover a inclusão social e econômica, contribuindo para um país mais equitativo, com um capital humano mais

¹⁵ Censo é uma pesquisa estatística que busca conhecer a situação da população inteira do país para construção de políticas públicas mais efetivas às necessidades dos residentes (IBGE, 2023a).

diversificado e qualificado, e para um maior empoderamento dos cidadãos com repercussão para a sociedade como um todo.

5 CONCLUSÃO

Diante da complexidade dos elementos que compõem a política pública afirmativa de inclusão ao ensino superior para brasileiros de baixa renda, o Programa Universidade para Todos (Prouni), estudar o seu papel para o desenvolvimento local tornou-se tarefa a ser cuidadosamente realizada.

O desenvolvimento local é um processo complexo que requer colaboração entre diferentes atores, incluindo governos locais, organizações da sociedade civil, setor privado. Ele se concentra em aproveitar os recursos existentes de forma sustentável, promovendo a autonomia das comunidades e melhorando sua capacidade de gerar mudanças positivas em sua própria realidade.

Desse modo, o que se pretende com esse trabalho é compreender o alcance do benefício da política do Prouni e, assim, analisar os seus efeitos e suas contribuições para o desenvolvimento local.

As estratégias metodológicas utilizadas e o referencial teórico adotado permitiram que os objetivos desta pesquisa fossem atingidos, visto ter proporcionado:

- a descrição do programa em seus objetivos, regras, normativos, metas e atores envolvidos;
- a relação da situação de egressos que concluíram a graduação por meio de bolsa Prouni em instituições de ensino superior do Distrito Federal à possíveis mudanças das suas condições socioeconômicas;
- bem como, identificar se as contribuições do Prouni caminham na direção da constituição do desenvolvimento local do Distrito Federal.

Este estudo também foi construído no sentido de investigar a suposição inicialmente levantada, ou seja, a suposição de que, sendo o Prouni um meio de acesso à graduação proporcionado pelo governo federal, ao provocar um senso cíclico de evolução e transformação pode incentivar o sentimento de pertencimento do cidadão, criando efeitos múltiplos para o desenvolvimento da comunidade a que ele pertence.

Ao estudar as contribuições do Prouni para a constituição do desenvolvimento local a partir da perspectiva do beneficiário no contexto do Distrito Federal, estabeleceu-se relações com o referencial teórico e identificaram-se questões que procuram contribuir para o avanço do conhecimento e da reflexão sobre o tema, tanto na academia, quanto nos movimentos sociais.

O método de pesquisa foi o estudo de caso sobre o Prouni no contexto do Distrito Federal. Para a investigação, a entrevista buscou as vivências e experiências da realidade da

implementação dessa política pública em dois grupos: gestores das Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas e seus egressos bolsistas do programa.

Para a análise do corpus da pesquisa, foi aplicado o método da análise de conteúdo. As etapas de categorização, codificação, inferência e interpretação do material visaram atingir os objetivos da pesquisa.

Ao longo das análises, percebeu-se que a suposição foi contemplada, visto ter se constatado que o benefício da bolsa do Prouni não repercute apenas com o ingresso do bolsista ao ensino superior, como também o empodera por meio da capacidade do discernimento conteudista, do embasamento teórico que se inicia com a graduação, da relação de pertencimento por meio de um convívio societário, e conseqüentemente, reflete no meio em que o concludente está inserido.

Esta pesquisa destacou elementos como condições socioeconômicas, inclusão e empoderamento. Esses fatores, quando interligados de maneira sinérgica, construídos de forma recorrente e sujeitos a uma evolução constante, demonstram a capacidade de promover, gradualmente e a longo prazo, o desenvolvimento local. Isso porque as questões sociais e econômicas percebidas geram expectativa de desenvolvimento de autonomia do cidadão frente à sociedade. Não obstante, o capital social, aqui definido como engajamento social, é notado de maneira discreta nas situações retratadas e mostram-se pouco conectadas ao Prouni.

Além disso, averiguou-se, por meio dos documentos analisados e pelas entrevistas realizadas, que o Prouni produz efeito positivo sobre as condições socioeconômica dos beneficiários. Trabalho e renda e inclusão a meios sociais estão entre as mudanças imediatas percebidas nesta pesquisa. Para alguns dos egressos a bolsa foi uma conquista, uma oportunidade de mudança em suas vidas e de suas famílias.

Nesse contexto, a educação tem poder para reduzir as desigualdades e proporcionar o empoderamento dos cidadãos por intermédio da democratização de conhecimentos e inclusão socioeconômica. A instituição de ensino gera conhecimento e aprendizado que retorna para a comunidade numa engrenagem de constante evolução desde que presentes fatores como qualidade e equidade.

A expectativa é que essa transformação impulsionada pela educação não só promova o crescimento individual, mas que desperte de capital humano para o capital social, repercutindo na participação democrática e colaborativa, transcendendo o âmbito individual para impactar positivamente a sociedade como um todo.

Assim, conclui-se que, ao democratizar o acesso à educação, é possível disseminar e construir redes mais diversas e inclusivas que poderão vir a refletir nas dimensões do

desenvolvimento local. Isso porque a inclusão daqueles que poderiam ser marginalizados repercute na redução desigual de rendas, em oportunidades sociais e em melhoria do bem-estar social.

O Prouni cria oportunidades de repercussão positiva nas condições socioeconômicas: inclusão e empoderamento dos cidadãos quando assumem responsabilidades de modo consciente sobre suas escolhas financeiras e econômicas, sociais, políticas e ambientais. Assim, os efeitos positivos observados por meio das falas foram: inserção das pessoas em locais que elas não seriam inseridas normalmente; criação de oportunidades de mudar suas realidades; orgulho de suas conquistas, permitindo que se apoderem de conhecimentos de seu interesse e conquistem espaços.

É preciso reforçar que nem todos os egressos veem a conclusão do curso como realização, nem todos entram nesse processo de mudança socioeconômica e de empoderamento. Contudo, mesmo nesses concluintes foi percebida a sensação de conquista e de oportunidade.

A qualidade do ensino tem influência sobre os efeitos nas comunidades. Portanto, cabe ao órgão governamental, gestor da política pública do Prouni, o acompanhamento e supervisão sobre padrões de qualidade no ensino superior, tendo em vista a parcela considerável que concluí seus estudos por meio do financiamento não reembolsável em que se baseia o programa. A supervisão se faz necessária também para que o programa atinja realmente o público-alvo.

Assim, a tríade governo, empresas e cidadãos se valerão do melhor que a política pode oferecer, desenvolvendo a si e ao meio a que pertence.

Para um estudo futuro, sugere-se pesquisas sobre o aumento das concessões de bolsa na modalidade EaD e os reflexos dessa questão sobre o desenvolvimento local. Uma possível proposta de investigação é se a concessão de bolsas Prouni na modalidade EaD contribui para o desenvolvimento local no contexto do pós-Covid.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. A. L. D. **Uma avaliação de impacto do Prouni sobre a empregabilidade e o salário dos egressos (2010 - 2018)**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/222077>. Acesso em: 05 out. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Lda., 2002.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**. V. 22, n. 1 (2021), p. 105 - 117. Umuarama: Universidade Paranaense, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2015. Prouni Portal, pp. 2015a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32095789/do1-2015-01-05-portaria-normativa-no-1-de-2-de-janeiro-de-2015-32095748. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 35 Programa Universidade para Todos – Prouni**. Brasília: UNIÃO, C. G. D., 2015b.

BRASIL. CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex post. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial de controle de políticas públicas**. Brasília, 2021. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/E1/72/FC/80/98488710D5D7F787E18818A8/Referencial%20Controle%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas_v5%20\(1\).pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/E1/72/FC/80/98488710D5D7F787E18818A8/Referencial%20Controle%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas_v5%20(1).pdf). Acesso em: 01 mar. 2022.

CALMON, P. C. D. P.; COSTA, M. M. D. Análise de políticas públicas no Brasil: estudos sobre a formação da agenda governamental. **Trabalhos Apresentados [XXXI EnANPAD - Encontro da ANPAD]**, 22 a 26 de setembro de 2007. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

CAMPOS, A. G.; BENEDETTO, R. D.; PINHEIRO JÚNIOR, L. P. **Quais os impactos do Prouni sobre as trajetórias laborais dos graduados no ensino superior?** Um estudo de caso focado em salários de graduados em direito, medicina e engenharia da universidade

positivo. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9318/1/td_2481.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas,, comunidades e redes. **Novos estudos Cebrap / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)**. Ed. 101, v. 34, n.1 (03/2015), p. 57-76. São Paulo: Cebrap, 2015.

CASULA, M. Quem governa na governança (local)? Reflexões teóricas e evidências empíricas. **Revista de Administração Pública / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa**. V. 51, n. 6 (11/2017), p. 1122-1138. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa, 2017.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**. V. 6, n.2 (jul. 2013), p. 179-191. Belo Horizonte: UFMG (Belo Horizonte): UFJF (Juiz de Fora)/UFSJ (São João Del-Rei)/UFU (Uberlândia), 2013.

CERQUEIRA, H. C. **Uma análise acerca dos impactos do Prouni sobre a desigualdade de renda e o crescimento econômico**. Brasília: IPEA, 2019.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. 2016. Política de expansão da educação superior no Brasil – O Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**. V.32, n. 4. Outubro – Dezembro 2016. Belo Horizonte. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/0102-4698162030>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DA SILVA, C. L.; LOPES, C.; JUNIOR, W. M. Intervenção do Estado e desenvolvimento local: uma análise cross section dos municípios paranaenses. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V. 10, n. 1 (fevereiro,2016). Programa de Doutorado e Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (MS-BR). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2016).

DE LOS SANTOS, Aline Correa; TROIAN, Alessandra; TROIAN, Alexandre Universidade e desenvolvimento local: o caso da UNIPAMPA. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional / Universidade Regional de Blumenau, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional**. . V. 9, n. 3 (outubro 2021), p. 117, 2021. Blumenau: Universidade Regional Blumenau [FURB], 2021.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

DOWBOR, L. **Educação e desenvolvimento local**. Artigo publicado em DOWBOR.ORG em 2006. Disponível em: <https://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html>. Acesso em: 08 fev. 2022.

FURTADO, R. P. M. **Belo Horizonte e sua metrópole, possibilidades de desenvolvimento: um olhar sobre os atores institucionais e suas relações**. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

GDF. **Geografia do Governo do Distrito Federal**. 2023 Disponível em: <https://www.df.gov.br/333/>. Acesso em: 16 ag. 2023.

GDF, G. D. D. F. **Sobre Brasília**. 2022. Disponível em: <https://www.df.gov.br/category/sobre-brasilia/>. Acesso em: 25 maio 2022.

GIL, A. C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. I. Ed. Barueri: Grupo GEN, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **ESTATÍSTICA, I. B. D. G. E. N. 43**: 146 p. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. **Cidades, Distrito Federal**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>. Acesso em: 23 maio 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023a **Censo Demográfico: O que é**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37417&t=o-que-e>. Acesso em: 16 ag. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023b **Cidades Distrito Federal**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>. Acesso em: 23 ag. 2023.

INSTITUTO SEMESP. **11ª Edição Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 11ª/2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-11/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

JANNUZZI, P. D. M. Avaliação de Programas Sociais em uma perspectiva sistêmica, plural e progressista: conceitos, tipologias e etapas **Revista Avaliação de Políticas Públicas (Aval)**. V. 4, n. 18 (julho/dezembro 2020), p. 38-61. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2020.

JOVER, J. N.; GONZÁLEZ, A. F. Local development in Cuba from a higher education perspective. **International Journal of Cuban Studies**. 2023. Vol. 14(2):214-227. DOI: 10.13169/intejcubastud.14.2.0214. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.13169/intejcubastud.14.2.0214> . Acesso em: 25 de set. de 2023.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento local sustentável**: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

MACÍAS, E. I. P.; GARCIA, B. B. B. Educación superior como binomio impostergable del desarrollo local. **Encuentros. Revista De Ciencias Humanas, Teoría Social Y Pensamiento Crítico**. N. 14 (agosto 2021), p. 257 -274. Maracaibo, Venezuela: Universidad Nacional Experimental Rafael María Baralt, 2021.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 8 ed. Barueri: Grupo GEN, 2022.

MARÍN-GONZÁLEZ, Freddy et al. Knowledge Network for Sustainable Local Development. **Sustainability**, v. 13, n. 3, p. 1124, 21 jan. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/su13031124>. Acesso em: 25 de set. de 2023.

MELLO FILHO, R. T. de. **Democratização do Acesso ao Ensino Superior**: uma análise das histórias de vida dos egressos do Prouni da UCPel. 2023. Tese (doutorado) – Universidade

Católica de Pelotas. Pelotas, BR-RS, 2023. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/jspui/996>. Acesso em: 25 de set. de 2023.

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista da ANPEC**. V. 9, n. 1 (janeiro abril 2008), p. 1-21. Niterói: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC, 2008.

OLIVEIRA MARTINS, S. R. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V. 3, n. 5 (setembro 2002). Programa de Doutorado e Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (MS-BR). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2002.

POLITIZE! **O que é e como é realizado o Censo Demográfico?** 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/censo-demografico/#:~:text=Uma%20vez%20a%20cada%2010,o%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%20no%20Brasil>. Acesso em: 28 maio 2022.

PÁDUA, E. M. M. D. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: 2018.

RIBEIRO, L. L.; BOTO, L. T.; DE OLIVEIRA MAYORGA, F. D. Capital social no Brasil: uma análise de seus determinantes. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V. 21, n. 4 (out/dez 2020), p. 801-815. Programa de Doutorado e Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (MS-BR). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2020.

RODRIGUES, A. L. Investigação-ação e análise de conteúdo: caso na formação de professores. **Revista Práxis Educacional**. V. 17, n. 48 (janeiro 2021), p. 17-39. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Vitória da Conquista: Uesb, 2021.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Revista Desenvolvimento em Questão**. V. 11, n. 22 (2013), p. 35-61. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Ijuí: UNIJUÍ, 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, L.; COELHO, F. D. S.; PIRES, V. **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

SENA, E. D. F. **Estímulo, acesso, permanência e conclusão no ensino superior de alunos bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI)**: contribuições para o enfrentamento do processo de inserção. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/9579>. Acesso em: 05 jul. 2020

TEIXEIRA, E. M. D. S. F. Análise do Prouni como política afirmativa. **Revista Jurídica**. V. 4, n. 41 (2015), p. 176 – 206. Curitiba: UNICURITIBA, 2015. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1392>. Acesso em: 20 jan. 2022.

TERRA EDUCAR. **Cresce procura por cursos EAD e bolsas de estudo no Brasil**. Terra, 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/cresce-procura-por-cursos-ead-e-bolsas-de-estudo-no-brasil,2ca345f0e60a6cbf48bafbd6a38e5bd7whe6bi4g.html>. Acesso em 18 ag. 2022.

WVS. **Word Values Survey**. 2022. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>. Acesso em: 14 maio 2022.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com Coordenadores ou Representantes do Prouni na Instituição de Ensino

Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo a esta entrevista, cujo objetivo é identificar se há efeitos positivos da bolsa Prouni para o desenvolvimento local a partir da perspectiva do beneficiário.

- 1- Você acompanha os alunos bolsistas da instituição? E após a formatura, tem conhecimento sobre a carreira desses concluintes?
- 2- Sob seu ponto de vista, qual o efeito do programa Prouni na vida desses bolsistas?
- 3- Ainda sob seu ponto de vista, o programa causa efeito na sociedade como um todo? Se sim, conseguiria descrever esse efeito?
- 4- A IES promove algum tipo de projeto de extensão para a comunidade? E os alunos, de forma geral, são incentivados a participação ou criação de projetos voltados à comunidade?
- 5- Em caso positivo, nota-se alguma manifestação de interesse maior entre bolsistas na participação nos projetos?
- 6- É possível dizer se há um movimento de engajamento (e me refiro a engajamento como um empenho a uma causa) desse cidadão em prol da sociedade por ser bolsista do governo federal?
- 7- Em relação ao questionamento anterior, é possível verificar se esse engajamento é maior quando o aluno é bolsista do que quando o aluno é pagante?
- 8- Acredita que esse movimento de participação, senso de pertencimento coletivo é algo construído com auxílio da escola, ou o programa teria influência sobre o benefício, ou acredita que não há qualquer relação?
- 9- Acredita que o programa contribui de alguma forma para manutenção ou mesmo crescimento da IES?
- 10- Caso tenha interesse e quiser acrescentar informações, por gentileza, fique à vontade.
 - Desde que ano a IES aderiu ao Prouni?
 - Quantos alunos são, atualmente, possuem bolsa Prouni na instituição?
 - Quantidade de alunos já formados pela IES que tiveram bolsas Prouni?

Obrigada pela relevante contribuição à minha pesquisa e assim que tiver os resultados, compartilharei.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com concluintes graduados pelo Prouni

Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo a esta entrevista, cujo objetivo é identificar se há efeitos positivos da bolsa Prouni para o desenvolvimento local a partir da perspectiva do beneficiário.

1. Gostaria de entender um pouco sobre como era sua vida antes de fazer faculdade? Se estudava, se tinha vínculo trabalhista? Era envolvido com alguma atividade coletiva da sua localidade?
2. Na sua IES, havia projetos de extensão voltado ao benefício da sociedade? Você participou dessas atividades? Explique os motivos?
3. Era possível perceber um interesse maior dos prounistas pelas atividades de extensão?
4. Quais aspectos influenciaram na sua escolha do curso?
5. Qual a escolaridade dos seus pais?
6. Qual o reflexo do Prouni para uma sociedade?
7. O que o Prouni representa para você?
8. Há algum efeito de ter conquistado a bolsa para a sua vida? Qual seria esse efeito?
9. Houve alguma mudança após a conclusão do curso? Quais foram as mudanças?
10. Tem contato com outros colegas? Se sim, como está a situação desses colegas concluintes?
11. Atualmente, qual sua relação com sua comunidade?
12. Participa ou sente interesse em participar de projetos sociais ou envolvimento com a comunidade?
13. Acredita que o interesse em participar de ações coletivas para a sociedade é algo que vem da própria pessoa, ou algo que a instituição em que estudou cria nos alunos, ou o Prouni estimula os beneficiários a se engajarem em causas, sejam elas sociais, ambientais ou políticas.
14. Caso tenha interesse e quiser acrescentar informações, por gentileza, fique à vontade.

Obrigada pela relevante contribuição à minha pesquisa e assim que tiver os resultados, compartilharei.